

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

DAIANE ROBERTA AMARAL TELLES

**UM OLHAR PARA AS PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL
DO SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PROFISSIONAL-
PRIMEIRO EMPREGO- A PARTIR DA VIVÊNCIA DE ESTÁGIO**

FLORIANÓPOLIS, SC

2005.2

DAIANE ROBERTA AMARAL TELLES

**UM OLHAR PARA AS PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL
DO SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PROFISSIONAL-
PRIMEIRO EMPREGO - A PARTIR DA VIVÊNCIA DE ESTÁGIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina para
obtenção de Título de Bacharel em Serviço
Social, orientado pela Prof^a. Jussara Jovita
Souza da Rosa.

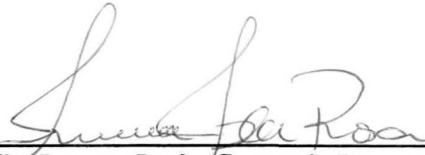
FLORIANÓPOLIS, SC

2005.2

DAIANE ROBERTA AMARAL TELLES

**UM OLHAR PARA AS PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL
DO SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PROFISSIONAL-
PRIMEIRO EMPREGO - A PARTIR DA VIVÊNCIA DE ESTÁGIO**


Trabalho de Conclusão de Curso julgado e aprovado pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, pela Comissão Examinadora integrada pelos membros:



Prof^a - Jussara Jovita Souza da Rosa
Orientadora



Psicóloga - Roneci Jacques
1º Membro



Assistente Social - Cleci Albiero
2º Membro

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso teve como campo de pesquisa o Programa de Preparação Profissional - Primeiro Emprego, desenvolvido na empresa Eletrosul Centrais Elétricas S.A. em parceria com a ONG - Transmissão da Cidadania e do Saber. Consiste no relato da prática do Serviço Social desenvolvida a partir da vivência de estágio. Parte da análise consiste do contexto histórico da emergência da questão social e principalmente, de uma das suas múltiplas expressões, o desemprego entre os jovens. O trabalho continua com a apresentação da empresa, da Cidadania e Saber e do programa supracitado. Na sequência são tratadas questões da importância de hegemonia do projeto ético-político da profissão de Serviço Social e a possível inserção profissional do serviço social em outros espaços de atuação, e apresentamos um relato da vivência de estágio. Para tanto, realiza uma análise do teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, que orientam a prática da profissão. A metodologia utilizada para realização do trabalho tem como base uma pesquisa de natureza qualitativa baseada na vivência de estágio, se utiliza de instrumentos de observação, pesquisa bibliográfica e análise de documentos.

Palavras-chave: Serviço Social; Intervenção Profissional; Programa Preparação Profissional - Primeiro Emprego - PPPE.

AGRADECIMENTOS

Ao iniciar os meus agradecimentos lembro-me primeiramente de Deus, esta força tão sublime que nos impulsiona nos momentos mais difíceis e nos gratifica com as alegrias da vida.

Posteriormente, um agradecimento muito especial, minha querida e amada mãe, Ane, que me deu o maior dom de todos: a vida, e me mostrou o caminho de percorrê-la, seja nas dificuldades ou nas felicidades, te amo muito e essa vitória é sua vitória também.

Foram muitas as pessoas importantes para a elaboração e conquista desse trabalho, seja na construção dele ou no apoio motivacional para que ele acontecesse. Concluímos então todos juntos o fim de mais uma caminhada, recebam os meus agradecimentos:

À Universidade Federal de Santa Catarina, pela oportunidade de acesso a conhecimentos transmitidos pelos mestres, que adquirir ao longo desses quatro anos e que possibilitou conhecer e fortalecer laços de amizade que jamais esquecerei.

Às amigas que conheci na universidade, não sabem a importância que tiveram e terão na minha vida, agradeço o carinho e atenção que sempre tiveram comigo. À você Ju, Gi e Sá além da amizade agradeço a companhia e as trocas de informações durante as aulas, adoro vocês.

Às amigas, não tão presentes, mas também, com grande importância nessa trajetória, espero que vocês não se esqueçam de mim, como não esquecerei de vocês. A todas as amigas entrego os meus braços para abraçá-las sempre que precisarem de mim e lembrá-las que CONSEGUIMOOOOOS.

Aos meus irmãos, John, Jonatha, Josefer, Jonas e a Taiane é com muito carinho que também dedico este trabalho, vocês fazem parte do meu conhecimento e aprendizado da vida.

Ao meu amado namorado, Luiz Fernando, que sempre esteve tão presente quando eu precisasse de apoio ou não, suas palavras sempre me incentivaram e mostraram que eu sou capaz, obrigada por acreditar em mim, amo muito você e essa vitória também é sua.

À empresa Eletrosul que possibilitou a vivência de estágio e a concretização deste trabalho, em especial o meu carinho a equipe do Departamento de Gestão de Pessoas, que viabilizou diretamente a aquisição de novos conhecimentos.

À equipe do setor de Acompanhamento Social, não tenho palavras para descrever quanto vocês oportunizaram o meu conhecer e agradeço a atenção e a valorização que sempre tiveram comigo, em especial o meu carinho a Maria Bernandete e a Roneci, não esquecerei toda a vivência que passei junto com vocês.

À minha supervisora de campo, a Assistente Social Cristiane, pela transmissão de ensinamentos, paciência, dedicação e sempre pronta para colaborar no que fosse necessário, agradeço a você e também assistente social, Katty, e as parabenizo pelo profissionalismo.

À minha orientadora pedagógica, Jussara, uma mestra que foi meu braço direito para a concretização deste sonho, suas orientações sempre com muita atenção e dedicação, você foi muito importante e eu não vou esquecer, pois o que aprendi ficará para toda a minha vida, um aprendizado inesquecível.

À Cidadania e Saber e a sua diretoria agradeço a compreensão e a força que recebi de todos vocês para a construção desse trabalho e em especial, o carinho para a futura mamãe Ana Paula.

Finalmente, relembro-me e agradeço de todos que direta ou diretamente me deram condições para a realização desse trabalho.

“Somente através de uma transformação profunda na consciência dos homens é que se poderá atingir uma sociedade mais digna de ser vivida, a fim de se poder realmente desfrutar com alegria do privilégio de viver, criar e conviver. E esta transformação só poderá ser obtida, a meu ver, através de um processo educacional global e renovação, que parte da base, e que mature através de gerações, e que, por isso mesmo, não pode ser mais adiado”.

Geraldo Jordão Pereira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 CAPITALISMO E A INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO.....	12
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	12
1.2 ATUALIDADE BRASILEIRA.....	15
1.3 EMPREGO E DESEMPREGO.....	19
1.4 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E O TERCEIRO SETOR.....	24
2 QUALIFICAÇÃO DOS JOVENS PARA A INSERÇÃO NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO.	30
2.1 O SERVIÇO SOCIAL NA ELETROSUL.....	31
2.2 ONG – TRANSMISSÃO DA CIDADANIA E DO SABER – CIDADANIA E SABER.....	32
2.3 PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PROFISSIONAL - PRIMEIRO EMPREGO - PPPE.....	34
3 PERSPECTIVAS PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO NO CONTEXTO DO PPPE.....	40
3.1 SERVIÇO SOCIAL PERSPECTIVAS E DESAFIOS.....	40
3.2 SERVIÇO SOCIAL E O PPPE: RELATO DE UMA PRÁTICA.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	59
ANEXOS.....	61

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de Conclusão de Curso refere-se a um relato da prática de estágio do profissional de Serviço Social, considerando as perspectivas e desafios do projeto ético-político da profissão. Ou seja, pretende-se realizar a partir da vivência e da consulta às produções teóricas do Serviço Social uma interconexão do debate entre a intervenção profissional e os encaminhamentos do Programa de Preparação Profissional – Primeiro Emprego- PPPE.

O interesse em realizar essa interconexão foi construído a partir da vivência de Estágio Curricular Obrigatório da sétima fase do Curso de Graduação de Serviço Social, no período de março a dezembro de 2005, na Eletrosul, Departamento de Gestão de Pessoas- DGP, no Setor de Acompanhamento Social- DADP responsável pela coordenação do PPPE e, outros programas e atividades ligados a uma equipe multiprofissional de outros setores desse departamento. A partir, da vivência que possibilitou uma ampla reflexão sobre o fazer profissional, que remeteu à necessidade de ampliação dos estudos sobre as perspectivas e desafios para o assistente social no referencial crítico/dialético.

As transformações do modo de produção capitalista, ocorridas no século XX, promovidas pelos avanços tecnológicos e científicos, fizeram emergir novas expressões da questão social, de maior complexidade, que passaram a interferir na vida produtiva do trabalhador e exigindo do profissional de Serviço Social instrumental adequado.

Essa nova realidade exige do profissional de Serviço Social uma visão mais ampla dos fenômenos sociais desse novo momento, pois, de acordo com Yamamoto (1997), a reprodução das relações sociais não se limita à reprodução material, abrange além da reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua totalidade, também a reprodução espiritual com a promoção da consciência social, jurídica, filosófica, artística e religiosa.

Assim, a prática profissional do Assistente Social passou a requerer, além das técnicas e da execução de serviços sociais, a capacidade de elaborar estratégias e de implementar metodologias e técnicas de atendimento às demandas, orientadas para ações coletivas e sócio-

educativas, com possibilidade de atuar no momento atual de forma mais integrada á equipe do programa PPPE.

Do mesmo modo, a evolução dos estudos disponibilizou novas abordagens e novas metodologias de intervenção, em princípio mais efetivas, especialmente por priorizarem ações voltadas ao conjunto dos sujeitos, por se anteciparem ao surgimento dos problemas e por possuírem um enfoque sócio-educativo.

Tendo por referencial esse processo de transformação ocorrido no modo de produção capitalista e suas conseqüências nos princípios orientadores da prática do Serviço Social e com o propósito de buscar elementos ou indicativos que auxiliem a dar respostas a questionamentos pertinentes a profissão, o presente trabalho foi estruturado com o objetivo de analisar as possibilidades de intervenção profissional do Serviço Social no contexto do Programa de Preparação Profissional – Primeiro Emprego na Eletrosul Centrais S.A., a partir da experiência de estágio.

Este trabalho está fundamentado através do uso da abordagem de pesquisa qualitativa. Estamos fazendo uma descrição da pesquisa realizada, com a participação do pesquisador e com apresentação narrativa e interpretações a partir de questões individuais que possibilita a geração de idéias e questões de pesquisa, a partir de um raciocínio dialético e indutivo.

O trabalho está baseado em uma investigação, que foi realizada na vivência de estágio, que se pretende compreender e interpretar fenômenos, a partir de seus significantes e de seu contexto. Ela favorece uma visão ampliada dos problemas supondo o contato direto com o objeto de análise e fornece um enfoque diferenciado para a compreensão da realidade.

Então, com a abordagem da pesquisa qualitativa pretendeu-se atingir o objetivo de analisar as possibilidades de intervenção profissional do Serviço Social junto ao PPPE, visando contribuir para a inserção profissional em outros espaços de trabalho.

Para alcançar o objetivo proposto, o presente Trabalho de Conclusão de Curso foi estruturado em três capítulos.

O primeiro capítulo apresenta um resgate histórico, a partir da Revolução Industrial, da emergência de uma das expressões da questão social, o desemprego, as dificuldades de se inserir no mercado formal de trabalho, e de inserção dos jovens na vida produtiva. O contexto do desemprego é crescente e sendo necessárias propostas para o seu enfrentamento. Destacamos as ações de Responsabilidade social e a articulação com o Terceiro Setor.

No segundo capítulo, é apresentada a Empresa onde foi realizado o presente estudo. Enfocando sua história, sua estrutura atual, programas e são situados o Serviço Social e as ações e programas desenvolvidos pelo Setor de Saúde Ocupacional. Apresentamos a Cidadania e Saber parceira do programa e posteriormente o programa de Preparação Profissional - Primeiro Emprego que foi realizada a intervenção de estágio.

No terceiro capítulo, pretende com uma breve reflexão do Serviço Social, considerando o projeto hegemônico da profissão e, a partir da reflexão da vivência de estágio realizado nesta empresa, e com olhar atento às novas perspectivas de intervenção, cuja intenção é ampliar o debate e a partir das reflexões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo sobre a prática vivenciada profissional considerando o projeto hegemônico, refletindo sobre as perspectivas e desafios na intervenção profissional. E por fim sugerir ações no referido programa.

Por último, são apresentadas as considerações finais.

1 O CAPITALISMO E A INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO

1.1 Contextualização Histórica

Na segunda metade do século XVIII, na Inglaterra, a Revolução Industrial foi um marco em razão do advento de tecnologias de produção trazendo profundas mudanças no sistema econômico e social configurando novos rumos para a sociedade.

A Revolução Industrial acelerou o processo de migrações do campo para a cidade, intensificou o crescimento da população e contribuiu para a formação da classe operária.

Com a Revolução Industrial, houve o nascimento do parque fabril, que estimulou o cercamento dos campos, para o aumento da produção, dando-se origem à propriedade privada dos meios de produção. Nessa perspectiva, Polanyi (1980, p.52) destaca que:

Os cercamentos foram chamados, de forma adequada, de revolução dos ricos contra os pobres. Os senhores e nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e costumes tradicionais, às vezes pela violência, às vezes pela pressão e intimidação. Eles literalmente roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo suas casas que até então, por força de antigos costumes, os pobres consideravam como suas e de seus herdeiros. O tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução, ameaçando as defesas do país, depredando suas cidades, dizimando sua população, transformando seu solo sobrecarregado em poeira, atormentando seu povo e transformando-os de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões.

Desta forma, a iniciativa da propriedade privada, contribuiu com o êxodo rural, com o agravamento significativo de problemas sociais. A esse respeito Polanyi, (1980, p. 56) nos diz que:

Nesse período, foi ainda o progresso, na sua escala mais grandiosa, que acarretou uma devastação sem precedentes nas moradias do povo comum.

Antes que o processo tivesse ido suficientemente longe, os trabalhadores já se amontoavam em novos locais de desolação, as assim chamadas cidades industriais da Inglaterra; a gente do campo se desumanizava em habitantes de favelas; a família estava no caminho da perdição e grandes áreas do país desapareciam rapidamente sob montes de escórias e refugos vomitados pelos “moinhos satânicos”. Escritores de todas as opiniões e partidos, conservadores e liberais, capitalistas e socialistas, referiam-se invariavelmente às condições sociais da revolução industrial como um verdadeiro abismo de degradação humana.

A Revolução Industrial caracteriza-se pela passagem do modo de produção de manufatura para o industrial mecânico. Ocasionalmente uma grande transformação social, já que, uma máquina passou a substituir o trabalho de vários trabalhadores.

Em decorrência das transformações ocorridas pela industrialização, as pessoas procuravam um meio de sobrevivência, como alternativa para satisfação das necessidades. Catani (1989, p. 29) refere que:

[...] o trabalhador foi obrigado a procurar o capitalista para vender-lhe a sua força de trabalho, em troca de um salário. O artesão transformou-se em assalariado passando a vender a sua força de trabalho, por dia, por semana ou por mês. Foi o que fizeram os artesãos arruinados, e também os camponeses, que o capitalismo expulsava e expulsa de suas terras.

Começou então a surgir, o caminho para o assalariamento, para a predominância da vida urbana, para o aumento gradativo da divisão do trabalho, para a produção em série, a modernização da sociedade e para a globalização do sistema capitalista.

Segundo Chauí (2001 p. 411):

Os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores ou não proprietários, que vendem a sua força de trabalho como mercadoria submetida à lei da oferta e da procura no mercado de mão-de-obra são classes sociais antagônicas e seus conflitos revelam uma contradição profunda entre os interesses irreconciliáveis de cada uma delas [...].

A mão de obra fabril passou a ser indispensável para o processo de consolidação do sistema econômico e social que estava emergindo. Segundo Chaves (2003 p. 55).

A consolidação da prática industrial alterou a vida dos trabalhadores nacionais, dando uma nova dinâmica à classe prestadora de serviços e modificou o tratamento dispensado ao trabalho assalariado o qual passou a ser considerado como categoria central para a afirmação e consolidação do processo de industrialização no Brasil.

O novo sistema industrial transformou as relações sociais e criou duas novas classes sociais, fundamentais para a operação do sistema. Os empresários (capitalistas) são os proprietários dos capitais, prédios, máquinas, matérias-primas e bens produzidos pelo trabalho. Os operários proletários ou trabalhadores assalariados possuem apenas sua força de trabalho e a vendem aos empresários para produzir mercadorias em troca de salários.

O trabalhador subordina-se a este novo sistema de produção vendendo sua mão de obra, como mercadoria em troca de um salário, passando a viver em condições desfavoráveis para a saúde, ao bem estar e comprometimento a uma vida digna. O novo sistema econômico recria e intensifica as expressões da questão social.

Os empresários impõem duras condições aos operários não aumentando os salários, e garantir uma margem de lucro crescente. A disciplina exigida era rigorosa, mas as condições de trabalho nem sempre ofereciam segurança. Em algumas fábricas, a jornada de trabalho ultrapassava 15 horas diárias, os descansos e férias não eram cumpridos e, mulheres e crianças submetidas a excessivas jornadas de trabalho e locais precários e insalubres, em condições desumanas.

Esse processo resultou em características que hoje estão presentes em nossa sociedade, ao mesmo tempo em que apresenta avanços nunca antes vistos na história, também evidenciam na mesma proporção o surgimento de um grande conjunto de problemas.

Há processos estruturais que estão na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. Dentre esses processos, alguns podem ser lembrados agora. O desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo, na cidade e no campo, provoca os mais diversos movimentos de trabalhadores, compreendendo indivíduos, famílias, grupos e amplos contingentes. As migrações internas atravessam os campos e as cidades, as regiões e as nações. Movimentam trabalhadores em busca de terra, trabalho, condições de vida, garantias e direitos. A industrialização e a urbanização expandem-se de modo contínuo, por fluxos e refluxos, ou surtos. Assim como ocorre a metropolização dos maiores centros urbano-industriais, também ocorre a abertura e reabertura das fronteiras. {...}

Criam-se e recriam-se as condições de mobilidade social horizontal e vertical, simultaneamente às desigualdades e aos antagonismos. Esse o contexto em que emprego, desemprego, subemprego e pauperismo tornam-se realidade cotidiana para muitos trabalhadores. As reivindicações, protestos e greves expressam algo desse contexto. Também os movimentos sociais, sindicatos e partidos revelam dimensões da complexidade crescente do jogo das forças sociais que se expandem com os desenvolvimentos extensivos e intensivos do capitalismo na cidade e no campo. Sob essas condições, manifestam-se aspectos mais ou menos graves e urgentes da questão social. As lutas sociais polarizam-se em torno do acesso à terra, emprego, salário, condições de trabalho na fábrica e fazenda, garantias trabalhistas, saúde, habitação, educação, direitos políticos, cidadania (IANNI, 2004, p. 04).

Os interesses econômicos e políticos configuram a questão social, resultado da reprodução progressiva do capital, uma busca incessante pelo lucro e consolidação do capitalismo.

Para muitos, a questão social diz respeito ao trabalho produtivo exigido pela economia de mercado, à reprodução progressivamente diversificada do capital. Desde o declínio do regime escravista, começou a redefinição do trabalho, como necessário e produtivo, no sentido de produzir mercadoria e lucro, de ser indispensável à vida do indivíduo e da sociedade. Começou um processo de redefinição ideológica do trabalho braçal, especializado ou não, qualificado ou sem qualificação. Naturalmente sempre priorizando o melhor qualificado, pelas exigências da especialização e da produtividade (IANNI, 2004, p. 09).

No capitalismo apesar da exacerbação da questão social não há a preocupação com a inserção do jovem no mercado de trabalho, tema deste trabalho, pois a intervenção do Estado no social estava iniciando.

Dentre as várias expressões da questão social, emergentes nesse processo de alteração do sistema de produção, podemos destacar a situação do jovem no mercado de trabalho.

1.2 Atualidade Brasileira

No decorrer do século XX, percebe-se a continuidade das problemáticas sociais oriundas desde a Revolução Industrial,

a complexidade da problemática social é de tal ordem que suscita enfoques diferentes e contraditórios. Apesar das múltiplas e até mesmo contraditórias interpretações e denominações, são inegáveis que muitos são os que procuram equacioná-la. Uns dizem desemprego, subemprego, marginalidade, periferia, pobreza, miséria, menor abandonado, mortalidade infantil, desamparo, ignorância, analfabetismo, agitação, baderna, violência, caos, subversão. Também há os que falam em harmonizar trabalho e capital, conciliação de empregados e empregadores, paz social, pacto social. E os que dizem movimento social, pauperismo, greve, protesto, tomada de terras, ocupação de habitação, saque, expropriação, revolta, revolução. Essas são algumas das expressões mais correntes no pensamento e prática de uns e outros: cientistas sociais, jornalistas, políticos, membros da tecnocracia pública e privada, civil e militar e outros. Apanham aspectos básicos das desigualdades sociais que atravessam a sociedade brasileira. Mas sempre repõem a questão social, como uma dimensão importante dos movimentos da sociedade nacional (IANNI, 2004, p. 04).

Apesar das riquezas naturais e potencialidades do território brasileiro a sociedade brasileira, é marcada pelas desigualdades sociais e antagonismos, onde o progresso econômico e fortalecimento do Estado em detrimento ao desenvolvimento social:

Em perspectiva histórica ampla, a sociedade em movimento se apresenta como uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. A prosperidade da economia e o fortalecimento do aparelho estatal parecem em descompasso com o desenvolvimento social. Isto é, a situação social de amplos contingentes de trabalhadores fabrica-se precisamente com os negócios, a reprodução do capital. As dificuldades agudas da fome e desnutrição, a falta de habitação condigna e as precárias condições gerais de saúde são produtos e condições dos mesmos processos estruturais que criam à ilusão de que a economia brasileira é moderna (IANNI, 2004, p. 04).

A partir da segunda metade do século XX, a economia brasileira começa a sentir de forma mais intensa os efeitos da globalização promovida pelas forças do mercado, trazendo à liberdade, após a abolição das restrições que o Estado havia imposto à economia:

[a globalização] se funda sobre a ideologia do pensamento único, a qual decretou que somente uma política econômica é possível de agora em diante e que somente critérios do neoliberalismo e do mercado (competitividade, produtividade, livre troca, rentabilidade, etc.) permitem a uma sociedade sobreviver num planeta que se tornou uma selva concorrência (RAMONET apud CARDOSO, 1997).

A globalização é uma nova e mais avançada etapa do processo tecnológico e de acumulação financeira de capitais, que faz emergir um novo padrão organizacional.

Modernizam-se a economia e o aparelho estatal. Simultaneamente, os problemas sociais e as conquistas políticas revelam-se defasadas. A própria cultura, em sentido lato, também se mostra bloqueada, ou pouco estimulada. A mesma nação industrializada, moderna, conta com situações sociais, políticas e culturais desencontradas (IANNI, 2004, p. 12).

Com as novas formas de organização e de gestão do trabalho, percebe-se na atual conjuntura que estamos num clima ideológico em que se enfraqueceram as propostas da “soberania nacional” em favor das propostas da “globalidade” e na qual se ocultam os direitos “dos povos” diante dos “indivíduos” (CASANOVA, 2000).

Torna-se evidente a diminuição da autonomia do Estado na atual fase do capitalismo como sistema econômico da produção, já que a globalização favoreceu uma “reconversão da dependência” (CASANOVA, 2000).

Com referência a política contraditória do Estado como articulador da sociedade civil, Sposati apud Oliveira et alii, (1985, p. 23) esclarece que,

Tal modelo contraditório configura a exclusão enquanto mantém o trabalhador na condição de assistido, beneficiário ou favorecido pelo Estado e não usuário, consumidor e possível gestor de um serviço a que tem direito. Mas, contraditoriamente, ao excluir, inclui, enquanto forma de atendimento das suas necessidades sociais na sociedade capitalista.

A globalização, a informatização e as novas tecnologias efetivam o agravamento das expressões da questão social. Os principais fatores que resultam na atual crise econômica e social global são derivadas da globalização. Os efeitos são múltiplos e difíceis de serem

resumidos aumentando as desigualdades e intensificando seus resultados (CASANOVA, 2000).

As desigualdades sociais não se reduzem; ao contrário, reiteram-se ou agravam-se. Vários itens da questão social atravessam a história das várias repúblicas: as lutas operárias e camponesas, as reivindicações do movimento negro, o problema indígena, a luta pela terra, a liberdade sindical, o direito de greve, as garantias do emprego, o salário-desemprego, o acesso à saúde, educação, alimentação e habitação. Esses e outros itens aparecem em diversos momentos dessa história. Uma história que se sintetiza nas seguintes palavras: questão social, problema de polícia ou problema político. Uma história que revela a escassa "modernização" alcançada em determinadas esferas da sociedade, enquanto nas principais esferas da economia tudo parece muito próspero, diversificado e moderno. A mesma fábrica do progresso fabrica a questão social (IANNI, 2004, p. 11).

Um outro problema que deve ser mencionado em relação a globalização, é que com ela surge a "mundialização do capital que implica em mudanças qualitativas nas relações entre capital e trabalho e entre capital e Estado, (...) nesse sentido se pode pensar não só o desemprego, como a precarização das relações de trabalho, seguindo de perto a implementação das novas tecnologias na produção" (CARDOSO, 2000, p.105).

Isto está relacionado com o fato do sistema capitalista em seu desenvolvimento ter favorecido a divisão social ocasionando "uma escala sempre maior, de desigualdades e heterogeneidade" (COHEN apud CARDOSO, 2000, p.109). Um sistema que privilegia o capital ao homem, gerando e favorecendo o processo de exclusão social.

Talvez se possa dizer que esse desencontro entre a sociedade e a economia seja um dos segredos da prosperidade dos negócios. As expansões do capital beneficiam-se das condições adversas sob as quais os trabalhadores são obrigados a produzir, no campo e na cidade. Os mesmos "indicadores econômicos" da modernização alimentam-se dos "indicadores sociais" da "sociedade primitiva". Os setores sociais "participantes" têm uma base na exploração dos "excluídos". Em outros termos, a mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica fabrica as desigualdades que constituem a questão social. (IANNI, 2004, p. 12).

A globalização favoreceu a diminuição das políticas sociais que organizam, assim, as formas de acesso social dos trabalhadores e dos sujeitos, aos bens e serviços da sociedade, necessários para a garantia dos direitos e a extensão da cidadania.

As conseqüências da globalização e do avanço de tecnologias são muitos, entres eles ocorrem a diminuição dos espaços de trabalho, favorecendo o quadro de desemprego, que traz consigo fome, marginalização, exclusão social, entre outros fatores.

1.3 Emprego e Desemprego

A estruturação do mercado de trabalho brasileiro e os interesses de atuação do Estado, nos últimos anos, vêm ocasionando impactos no mercado de trabalho inerentes ao processo de integração da economia nacional à economia global. Neste contexto, o Estado brasileiro, ciente dos desafios que lhe são postos, empenha-se em criar e manter as condições macroeconômicas favoráveis a implementação das políticas públicas de promoção do emprego e da renda necessárias para a construção de uma sociedade justa (CARDOSO, 2000).

O desemprego possui causas estruturais e conjunturais. As causas estruturais derivam do avanço tecnológico, pois as novas tecnologias são poupadoras de mão-de-obra e as causas conjunturais residem em fatores econômicos (CARDOSO, 2000).

Em função do aumento do desemprego de origem estrutural, resultante do alto padrão tecnológico adotado, os trabalhadores empregados tendem a aceitar o aumento da jornada de trabalho, para evitar a perda do emprego. Os trabalhadores desempregados, por sua vez, vêm suas perspectivas de trabalho sendo ainda mais reduzidas por aqueles que aceitam trabalhar mais para preservar o mesmo salário. Parte dos empregados aceitam trabalhar mais tempo exatamente na produção de um padrão tecnológico ainda maior, gerador de mais desemprego (ANDRIOLI, 2004).

As novas tecnologias e as novas formas de organização do trabalho têm oferecido aumento da produtividade, mas não de emprego, conforme explicitado abaixo;

O aumento de produtividade não tem levado a uma expansão da produção que crie também uma expansão do emprego capaz de absorver pelo menos boa parte da mão de obra expulsa do sistema produtivo. Operando dessa maneira,

o sistema cria não somente marginalização, mas propriamente exclusão social e exclusão que é estrutural. Nesse caso, a redução do trabalho necessário não liberta tempo para a vida. Liberta para a exclusão e a miséria um contingente enorme e cada vez maior de trabalhadores. Ou seja, sob o domínio do capital, o aumento de produtividade não reverte para a sociedade, reverte exclusivamente para o capital (CARDOSO 2000 p. 114).

A massa de excluídos pelo “progresso” e pela “racionalização” da produção, com o passar dos tempos enfrentam cada vez mais barreiras para a garantia da sua sobrevivência (CARDOSO, 2000).

Essa expressão da questão social, o desemprego, precisa ser englobada por um sistema de proteção social diferenciado do que temos hoje, sem a lógica Neoliberal de redução das funções do Estado, com políticas públicas abrangentes e de inclusão social.

No Brasil, apenas 36% dos jovens entre 15 e 24 anos têm um emprego, outros 22% já trabalharam, mas estão desempregados. Atualmente, os jovens demoram em média 15 meses para conseguir o primeiro emprego ou uma nova ocupação, nas regiões metropolitanas. No total, 66% deles precisam trabalhar porque todo o seu ganho, ou parte dele, complementam a renda familiar (BOTELHO, 2001).

A inserção de jovens no mercado de trabalho é prejudicada pela má distribuição de renda e pela baixa escolaridade. Estes são fatores que dificultam a inserção de jovens da classe popular no mercado formal de trabalho, pois ao procurar emprego não apresentam a qualificação exigida para o desempenho das atividades necessárias à função, ficando excluído do processo produtivo por não ter oportunidade de escolarização.

Nos anos 80, os jovens da classe popular buscavam o primeiro emprego no setor agrícola e na construção civil e a classe média se encaminhava para as grandes indústrias, bancos e ocupava cargos no setor público. Na década de 90, a porta de entrada para o mercado passou a ser os empregos temporários. Os jovens da classe média viraram desempregados recorrentes, trabalham por pouco tempo e ficam sem trabalho de novo (BOTELHO, 2001).

No cenário brasileiro evidencia-se a dificuldade cada vez maior da inserção de jovens no mercado de trabalho, em razão das contradições percebidas na organização social, política e econômica, conforme explicita Melo (2005, p.02) em seu artigo,

nós temos dimensões continentais, somos vários Brasis num só país; somos ao mesmo tempo o Brasil agrícola, o Brasil industrial, o Brasil mineral, o Brasil urbano, o Brasil rural, o Brasil do luxo e o Brasil da miséria, o Brasil do desemprego.

A partir de dados do IBGE, nota-se o crescente índice de desemprego entre os jovens brasileiros. Esta categoria é a que mais sofre com o desemprego. Foram prejudicados pela crise do emprego nos anos 90, pois a exclusão do jovem do mercado de trabalho é resultado de uma política econômica que não favorece a criação de empregos e as vagas destinadas aos jovens passaram a ser ocupadas pelos adultos experientes que não têm opções e se dispõem a ocupar esses cargos (BOTELHO, 2001).

O jovem, nesta fase, vive um processo de construção de perspectivas de estabilidade para a sua vida, o trabalho é de suma importância para o desenvolvimento de vários aspectos sociais e pessoais.

As alterações no mundo do trabalho requerem a ação do Estado, com oferta de políticas públicas de inclusão dos jovens excluídos do processo produtivo. No entanto, o que vem acontecendo é a privatização do campo dos direitos sociais públicos e a não criação de formas eficazes de diminuição das taxas de desemprego, (dados já apresentados com base na pesquisa do IBGE), deixando a responsabilidade para as relações de mercado.

O Estado, empenhado em corrigir as distorções inerentes à evolução do mercado de trabalho, vem desenvolvendo programas de fomento ao emprego e ao trabalho e de proteção e assistência ao trabalhador, contando com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Seu objetivo é criar mecanismos que permitam a melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida do trabalhador, destacando-se as ações nas áreas de qualificação profissional, seguro-desemprego, abono salarial, geração de emprego e renda, inspeção do trabalho e legislação trabalhista e os programas para obtenção do primeiro emprego (MACHADO, 2003).

A partir de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, destacamos a ação do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER que vem se consolidando como um dos principais instrumentos de que dispõe o Governo para incrementar a política pública de geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida do trabalhador. Sua operacionalização ocorre mediante concessão de créditos em condições especiais, destinados

ao financiamento de atividades produtivas nos setores formal e informal da economia, nas áreas urbana e rural.

Lançado em 2003, o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) busca romper o ciclo vicioso do preconceito contra a falta de experiência, apontado como motivo do elevado desemprego juvenil. O PNPE atua em dez capitais e, por meio de parcerias com empresas privadas, teve a criação de novas oportunidades para jovens. O PNPE não será capaz de resolver o problema como um todo, mas pode ser uma alternativa para alterar a realidade. De acordo com seu estudo, dos 3,4 milhões de jovens desempregados, pouco mais de 10% estavam à procura do primeiro emprego.

Com base nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizada de 1983 a 2002, nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife), a pesquisa analisou uma série de aspectos ligados ao desemprego entre jovens (de 14 a 24 anos) e adultos (de 25 a 59 anos). De acordo com a PME, apenas 4,48% dos adultos não têm trabalho, enquanto cerca de 13,39% dos jovens estão na mesma situação.

Os resultados mostraram que o tempo médio durante o qual o jovem fica desempregado é tão elevado quanto o dos adultos - cerca de quatro meses e meio. A diferença estava na chamada taxa de entrada no desemprego: enquanto entre os adultos apenas 1,09% ficam desempregados em um mês ou menos, entre os jovens essa taxa é de 3,73%.

Conforme dados de setembro/05, os dados apurados pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE revelam estabilidade no mercado de trabalho.

Na análise por gênero, constatou-se que as mulheres representavam, em setembro de 2005, a maioria da população em idade ativa (53,2%), enquanto os homens, 46,8%. A população em idade ativa estava distribuída, segundo a faixa etária, da seguinte forma: 9,2% de 10 a 14 anos, 6,0% de 15 a 17 anos, 14,8% de 18 a 24 anos, 44,8% de 25 a 49 anos, e a população de 50 anos ou mais representava 25,2%. O grupo de jovens de 16 a 24 anos¹ representava, em setembro de 2005, 18,8% da População em Idade Ativa.

Em setembro de 2002, 37,0% dos desocupados tinham pelo menos o ensino médio concluído, em 2003, 40,0%, percentual que chegou a 43,4% em setembro de 2004, e, na última pesquisa, atingiu 45,0%.

¹ População alvo do PNPE do Governo Federal, sendo o programa PPPE entre 18 a 24 anos.

Embora os jovens representem cerca de 44% dos desempregados do país, não se buscava saber por que a taxa de desemprego juvenil era até três vezes maior que a dos adultos. Dava-se como certo que o problema era devido à dificuldade de se obter o primeiro emprego. No entanto, a maioria dos jovens entre 14 e 24 anos atingidos pelo desemprego já trabalhou anteriormente.

A partir da Lei 10.748/2003, (ver Anexo nº 05 p. 71) que dispõem sobre o PNPE que tem ações dirigidas à promoção da inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização, ao fortalecimento da participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e renda, objetivando, especialmente, promover a criação de postos de trabalho para jovens ou prepará-los para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de renda; e a qualificação do jovem para o mercado de trabalho e inclusão social.

O programa atende jovens com idade de 16 a 24 anos em situação de desemprego involuntário, que atendam cumulativamente aos requisitos especificados no programa.

O jovem ao participar do PNPE cria condições favoráveis para a sua inserção no mercado formal de trabalho. O cumprimento dos requisitos torna-se um estimulador para a ascensão do jovem no meio social, pessoal e profissional.

Diante da conjuntura, evidencia-se a contradição presente na estrutura Estatal, pois mesmo com a modernização, através da industrialização, as políticas sociais não tiveram o mesmo avanço que o meio industrial.

Modernizam-se a economia e o aparelho estatal. Simultaneamente, os problemas sociais e as conquistas políticas revelam-se defasadas. A própria cultura, em sentido lato, também se mostra bloqueada, ou pouco estimulada. A mesma nação industrializada, moderna, conta com situações sociais, políticas e culturais desencontradas (IANNI, 2004, p. 12).

A melhoria das condições de inserção do jovem ao mercado de trabalho precisava ser repensada no sentido de valorizá-lo profissionalmente, a partir de suas grandes potencialidades.

O jovem no passado não se preocupava com o seu primeiro emprego, pois era algo concentrado nas propriedades privadas e familiares. A qualificação do jovem não era

exigência para o exercício de suas atividades, o que também não havia era a preocupação com a escolarização contínua, para aperfeiçoamento e desenvolvimento de habilidades e competências profissionais.

1.4 Responsabilidade Social Empresarial e o Terceiro Setor

O avanço da ideologia neoliberal tem colocado como perspectiva para o enfrentamento da questão social o recuo do Estado, vindo a ocupar o seu lugar o terceiro Setor em parceria com o Estado e com as organizações de mercado.

A articulação do setor econômico com o social favorece o desenvolvimento nas empresas de programas de responsabilidade social, possibilitando a atuação na dimensão social e resultando em um melhor desenvolvimento da sociedade.

Então, conforme Menegasso, a partir dos anos de 1980:

O ambiente empresarial testemunhou a articulação entre as demandas oriundas da modernização produtiva e aquelas relacionadas com o movimento operário, principalmente as reivindicações salariais e o apelo a democratização das relações de trabalho. Simultaneamente as empresas adotaram estratégias de competitividade e sobrevivência no mercado que, por um lado, promovem lucros e por outro, requeriam uma função social ampla, com ações e programas dirigidos ao empregado/familiares/comunidade (Idem, 2001, p. 66).

A ação de responsabilidade social pode ser desenvolvida a partir da atuação das empresas nas ações sociais, frente aos problemas sociais, “como consequência, vem-se dando importância ao investimento privado, tanto em projetos da área social quanto na prestação de serviços sociais, visando atender as demandas postas pela sociedade” (MENEGASSO, 2001, p. 64).

Segundo o Instituto Ethos pode-se entender por responsabilidade social empresarial.

A noção de Responsabilidade Social empresarial decorre da compreensão de que a ação das empresas deve, necessariamente, buscar trazer benefícios

para a sociedade, propiciar a realização profissional dos empregados, promover benefícios para os parceiros e para o meio ambiente e trazer retorno para os investidores (INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL apud ARAUJO, 2002, p. 02).

Em razão da minimização das funções do Estado, tornaram-se necessário a emergência de um terceiro setor, associando, empresas e Estado, no sentido de dar respostas as expressões da questão social. Ao atuar na esfera social, as empresas tornam-se co-colaboradoras do Estado (MENEGASSO 2001).

Entende-se por Terceiro Setor segundo, Araújo (2002, p. 03).

O 1º Setor é representado pelo Estado (governo), o 2º Setor pelo Mercado (empresas privadas) e o 3º pela Esfera Pública (sociedade civil, freqüentemente materializada em organizações não governamentais – ONGs e entidades filantrópicas). A responsabilidade pelo desenvolvimento social migra do 1º setor para o 2º e 3º, Mercado e Sociedade civil.

O Terceiro Setor busca legitimar um modelo social eficaz, que reúna os esforços das organizações sociais. Com relação também ao Terceiro Setor, Paoli, (2002, p. 380), explicita:

(...) a ação responsável empresarial legitima-se, antes de tudo, no interior do assim chamado “terceiro setor”, que reivindica um modelo de regulação social mais eficaz que o realizado pelo Estado, portanto a ser realizado em outro lugar, a sociedade civil, composta por uma grande diversidade de ações, atores e organizações que se unificam pela recusa em pertencer ao âmbito do Estado e do mercado.

Diante dos processos de desresponsabilização do Estado no que se refere às políticas públicas, Paoli (2002, p. 379) afirma:

é possível perceber, de um lado, o possível potencial inovador que a mobilização responsável empresarial dirige ao transbordamento da pobreza e das oportunidades de vida da população carente. (...) estas mobilização oculta as políticas que aprofundam a exclusão social e desorientam politicamente a própria sociedade brasileira, além de ocupar vantajosamente, em termos de seus interesses particulares, o próprio espaço que abre como ação civil para um público.

O Estado assume uma nova postura diante da economia globalizada e

o papel do Estado se transforma e redefine. Se antes tinha uma atuação interventora, com tentáculos inserindo-se em praticamente todos os aspectos sócio-político-econômicos, no presente assume cada vez mais um papel regulador, fiscalizador e menos agente o que torna ainda mais bem-vindas as ações sociais das empresas (ARAUJO, 2002, p. 06).

Autores têm defendido que é necessária, cada vez mais, a inserção do Terceiro Setor na área social com programas e projetos que atendam os vários problemas sociais vigentes após a Revolução Industrial. Estes programas caracterizam-se por serem ações complementares, sendo uma possibilidade das empresas em contribuir nas situações econômicas e sociais, embora se tenha que considerar os limites de atuação, com respeito e ética ao espaço do poder público estatal.

As ações de responsabilidade social podem ser entendidas também, dentro de uma perspectiva focalista e residual, não respondendo as questões emergentes das demandas sociais.

No decorrer dos anos houve uma evolução na concepção de responsabilidade social, conforme esclarece Ruviano (2005, p.15) “a responsabilidade social não é uma prática meramente filantrópica e, sim, uma vantagem competitiva a agregar valor à empresa. A lógica implícita nessa afirmação é a de que o aspecto social na formação da imagem da empresa e na conseqüente utilização e consumo de seus serviços e produtos”.

Na esfera da responsabilidade social, surge o compromisso de resgate da cidadania, a empresa assumindo uma posição de co-responsabilidade com o Estado na busca do bem-estar público e em articulação com as políticas sociais. Diferente de ações, pontuais, táticas, desarticuladas e, hoje, em desuso, como a filantropia.

O resultado efetivo da ação da responsabilidade social favorece uma ferramenta fundamental para a consolidação de uma cultura empresarial que privilegia a transparência e permita a sociedade conhecer e valorizar esforços dos empresários no sentido de conciliar o sucesso econômico com resultados positivos do ponto de vista social. Além, disso torna-se,

uma estratégia pensada para orientar as ações das empresas, de modo que além do lucro e da satisfação dos seus clientes, a empresa contribua, de certa forma, com o bem-estar da sociedade. A empresa está inserida nela e seus negócios dependerão de seu desenvolvimento e, portanto, esse envolvimento deverá ser duradouro sendo considerado como um comprometimento. Doações e boas intenções não configuram uma “estratégia empresarial” (RUVIARO, 2005, p. 32).

A empresa utiliza, além do investimento na área social, conceitos como marketing, promoção e publicidade para aumentar suas vendas e melhorar a sua imagem.

Ao assumir a responsabilidade social, uma empresa além de defender o interesse dos acionistas e funcionários, também tem que assumir uma função de utilidade pública, que abrange várias questões que podem trazer impactos com possíveis resultados positivos.

Para favorecer suas ações, as empresas, precisam estabelecer parcerias que permitam enfrentar com eficácia, eficiência e efetividade cada situação².

Pode-se entender por parceria,

a designação de certas formas de cooperação entre organizações que indica, antes de tudo, uma ação conjunta, motivada pela existência de interesses e objetivos comuns, na qual cada um aporta e mobiliza os recursos que dispõe para atingir estes objetivos. Não é o seu caráter legal ou formal que a determina. É mais precisamente, a qualidade da relação que a distingue. Ou seja, o modo como organizações com distintos interesses, poderes, recursos e atribuições constroem um espaço onde se comportam como iguais na definição dos objetivos comuns, dos papéis e da contribuição de cada uma. Neste sentido, a parceria se distinguiria da relação de contrato (como a prestação de serviços, por exemplo) porque nesta os objetivos e o que deve ser feito tendem a ser preponderantemente definidos pela parte que contrata, cabendo ao contratado cumprir a tarefa que lhe foi solicitada, quando muito negociando um ou outro aspecto (VALARELLI, 2005, p. 01).

Nossa preocupação pode ser complementada pelo que escreve Adulis:

No campo do terceiro setor, a noção de parceria tem sido evocada com frequência como uma forma privilegiada de cooperação entre organizações para alcançar propósitos comuns. O argumento mais freqüente a favor do estabelecimento de parcerias baseia-se nas vantagens que cada organização poderia obter com esse tipo de relacionamento (ADULIS, 2002, p. 01).

² *Eficácia* é a capacidade de realizar objetivos, *eficiência* é utilizar produtivamente os recursos, *efetividade* é realizar a coisa certa para transformar a situação existente (REIS, 2005, p. 01).

As parcerias estabelecem vínculos entre empresa e seus beneficiários, agregando para ambos sustentabilidade as suas atividades. As relações de parceria socializam conhecimento, experiências, aprendizados e recurso, e tem conseqüências mais satisfatórias do que poderiam com ações isoladas.

Portanto a construção e a gestão de relações de parcerias são, por um lado, um processo que ao mesmo tempo em que exige, contribui para o crescimento do grau de transparência nas relações entre os diversos grupos e instituições da sociedade brasileira. Por outro, no plano específico de uma organização, qualquer que seja o seu tamanho ou tipo, a construção de parcerias representa um elemento fundamental do seu desenvolvimento institucional: a sua capacidade de estabelecer relações, influenciando, convencendo, cooperando e mobilizando outros atores para atingir objetivos institucionais, ampliando o impacto e a abrangência de sua atuação (VALARELLI, 2005, p. 02).

Os programas de responsabilidade social são desenvolvidos com maior eficiência através das parcerias, que caracterizam a cooperação existente entre os convenientes, pois ocorre a satisfação de interesses mútuos, com a ação de complementaridade. Então, a cooperação e parceria segundo Valarelli “tem sido apregoados tanto como uma necessidade, quanto como um modo de atuação” (2004, p. 01).

A maior complexidade dos problemas sociais e a crescente interação entre os setores da sociedade nos dias de hoje têm contribuído para um aumento da importância de relações de parceria entre organizações, mas isto não significa como acreditam alguns, que esse tipo de relação seja algo totalmente novo. Será que as alianças entre Estado e Igreja, que constituíram a base do poder nas sociedades ocidentais por séculos, não poderiam ser consideradas relações de parceria? Talvez sim, de tal modo que a novidade talvez não esteja nas relações de parcerias em si mesmas, mas sim no olhar que se coloca sobre esse tipo de relação nos dias de hoje. Da mesma forma, uma parceria, em si mesma, não pode ser considerada como algo bom ou ruim, pois é apenas um meio, uma estratégia de cooperação estabelecida entre duas ou mais organizações para alcançar objetivos comuns (ADULIS, 2002, p. 01).

A qualificação por meio de políticas sociais pode tornar-se oportunidades para o jovem ingressar no mercado formal de trabalho, porém não são garantias de inclusão no sistema produtivo.

Trabalhadores sem maior qualificação não terão qualquer chance de fazer parte do segmento da força de trabalho, que se torna “privilegiado” por conseguir ser absorvido pelo sistema produtivo. Mas qualificar-se não oferecerá nem mesmo uma garantia mínima de se tornar trabalhador efetivo (CARDOSO, 2001, p.116).

A política social sempre foi subordinada as políticas econômicas, apresentando medidas conjunturais, nunca estruturais, com soluções compartimentalizadas, numa evidente manipulação do social (OLIVEIRA, 1996).

Embora, a qualificação profissional não garanta a inclusão no sistema produtivo, podemos destacar que contribui no processo de construção da cidadania e de uma sociedade mais justa.

Nesse sentido, destacamos uma experiência desenvolvida por uma empresa de economia mista com parceria de uma Organização não-governamental, que em suas ações de responsabilidade social investe na preparação profissional de jovens objetivando a sua qualificação profissional, social e pessoal e a inserção no mercado formal de trabalho.

2 QUALIFICAÇÃO DOS JOVENS PARA A INSERÇÃO NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO

A empresa Eletrosul, Centrais Elétricas S. A.³, foi criada em 23 de dezembro de 1968. Subsidiária da Eletrobrás e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, é uma empresa pública de economia mista, com capital fechado que atua no segmento de geração e transmissão de energia em alta e extra-alta tensão.

Tem a missão de gerar e transmitir energia elétrica e prestar serviços associados, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade. Como empresa padrão de excelência na geração e transmissão de energia elétrica, a Eletrosul exerce suas atividades no estado do Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Atua dentro da lógica de responsabilidade social com o intuito de inclusão social e o incentivo à cidadania. Tem o compromisso de incorporar o conceito à cultura da Empresa, como uma diretriz definida pela ELETROBRÁS para todas as suas subsidiárias.

Além do princípio de responsabilidade social, a empresa opera com respeito e valorização do ser humano, atua com inovação e liderança, respeito ao meio ambiente, atuação com ética e com agregação de valores.

A Eletrosul apresenta uma estrutura formal e hierarquizada (conforme organograma em anexo 01, p. 63), constituída por uma Direção Executiva, que está a cargo de um colegiado de Diretores, subordinados ao Conselho de Administração, com um mandato de três anos, composta pelo Diretor Presidente, Diretor de Gestão Administrativa e Financeira e a Diretoria Técnica. Ficando sob competência do conselho Fiscal.

A estrutura organizacional possui também Diretorias, Departamentos, Divisões e Setores. O quadro de pessoal é composto por 1.406 empregados⁴ lotados nos quatro estados de abrangência da Eletrosul.

Além de suas atividades, possui forte presença política e social, desenvolvendo programas sociais, tais como:

- Programa Luz para Todos;

³ Conteúdo apresentado é resultado da pesquisa realizada aos documentos da empresa, como relatórios, balanço social e panfletos.

⁴ Dados de Agosto de 2005.

- Plano de Revitalização e Capacitação do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios;

- Vamos Plantar;
- Hortas Comunitárias;
- Programa de Preparação Profissional - Primeiro Emprego;
- Programa de Assistência e Formação Profissional de Adolescentes;
- Programa de Estágio;
- Eletrosul Casa Aberta.

As ações estão voltadas para a área cultural, esportiva e educacional, favorecendo seus empregados, familiares e público externo.

2.1 O Serviço Social na Eletrosul

Desde o início do trabalho da Eletrosul, o Serviço Social já estava presente em sua estrutura organizacional. É visto como uma especialização do trabalho, que busca intervir nas diversas questões que afetam a qualidade de vida do empregado, visando à promoção, capacitação e desenvolvimento de seu bem estar.

Atualmente, a área de atuação específica do profissional é a saúde, atendendo as diversas questões que afetam a qualidade de vida dos empregados, sendo realizado dentro do programa Saúde Ocupacional e Acompanhamento Social. Antes o Assistente Social atuava em vários setores conforme a necessidade de sua intervenção, em especial, no reassentamento de famílias atingidas por barragens de usinas.

O Serviço Social visando atender o bem estar dos empregados e dependentes, tem as seguintes ações:

- situação de saúde em geral;
- uso abusivo de álcool e outras drogas;
- inclusão de dependentes no plano de saúde da empresa;
- solicitação de transferências;
- problemas financeiros, familiares e de equipe e;
- situação de falecimento.

As ações desse profissional não se restringem apenas aos empregados e seus dependentes, atuam também em questões relacionadas aos empregados terceirizados, ao Programa de Preparação Profissional – Primeiro Emprego desenvolvido em parceria com a Ong, Programa de Assistência e Formação Profissional de Adolescentes e aos estagiários. Porém, a coordenação desses programas não pertence ao Serviço Social diretamente, ele é envolvido quando as demandas são pertinentes ao processo de trabalho desse profissional.

2.2 ONG – Transmissão da Cidadania e do Saber - Cidadania e Saber⁵

A ONG – Transmissão da Cidadania e do Saber foi fundada em outubro de 2001 pelos empregados da Eletrosul. As ações iniciaram em 1993, a partir da campanha Nacional de iniciativa do sociólogo Hebert de Souza, “Betinho”, criando Comitês de Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela vida. O Subcomitê de Ação da Cidadania tem o objetivo de combater a miséria, promovendo a valorização da vida e o resgate da cidadania, com atuação nas comunidades empobrecidas.

No final da década de 90, a partir de alterações na estrutura organizacional da Eletrosul, ocorreu a diminuição do número de empregados e, conseqüentemente, na diminuição de voluntários e contribuintes no Subcomitê.

Diante desta situação, os empregados sentiram a necessidade de continuidade das suas ações e com o apoio da Eletrosul foi possível a consolidação da Ong em 2001. A Eletrosul incentiva às ações voluntárias de seus empregados e a Diretoria Executiva auxilia com recursos financeiros e disponibiliza o espaço físico da empresa. A Cidadania e Saber estabeleceu Sede no mesmo espaço físico da matriz da Eletrosul, em Florianópolis, possuindo também núcleos de atuação nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e outras cidades de Santa Catarina.

A organização não governamental tem um papel importante no fomento de ações sociais, entre as quais destacam-se, ações, projetos e programas, tais como citados a baixo:

- Ações de Cidadania;
- Auto Sustentabilidade (Reciclagem de Papel, Corrente Solidário Cultural);

⁵ Conteúdo apresentado a partir da pesquisa nos documentos da Cidadania e Saber, como panfleto (ver anexo nº 02 p. 65), informativos e relatórios.

- Campanhas Temáticas (Campanha de Páscoa, do Dia das Crianças, do Agasalho e do Natal);
- Cultural (Dança, Escolinha de Xadrez, Cinema em Gravata);
- Educação (Projeto Reforço Escolar, Curso de Informática, Laboratório do Saber, Curso de Ensino da Língua Inglesa);
- Geração de Renda (Curso de Eletricista Residencial, Curso de Cabeleireiro, Curso Mãos na Massa, Curso de Montagem e Manutenção de Micro Computadores, Programa de Preparação Profissional – Primeiro Emprego).

Os objetivos da Cidadania e Saber são:

- Capacitar indivíduos para o exercício da cidadania;
- Promover o conhecimento na área de informática e alfabetização;
- Promover o intercâmbio com outras entidades;
- Defender os interesses dos cidadãos e das comunidades;
- Estabelecer parcerias privadas e públicas;
- Regionalizar as ações de Transmissão da Cidadania e do Saber.

Segue os princípios de solidariedade e respeito ao ser humano; defesa dos excluídos socialmente; transparência na comunicação e na aplicação dos recursos humanos e financeiros; preservação dos direitos e obrigações de forma igualitária, desprezando qualquer discriminação de raça, religião, posição política, condições sociais e físicas.

Suas ações são baseadas em valores para fomentar a solidariedade e o exercício da cidadania entre os empregados da Eletrosul; envolver os empregados da empresa na comunidade onde está inserida; promover o bem estar social; ser criterioso e transparente na aplicação dos recursos.

Para o fortalecimento das ações da Cidadania e Saber em parceira da Eletrosul, nos quatro estados de atuação da Empresa são devolvidas atividades descentralizadas com os mesmos objetivos sociais.

2.3 Programa de Preparação Profissional - Primeiro Emprego - PPPE⁶

O PPPE foi inspirado nas diretrizes do Governo Federal, baseado no Programa Nacional Primeiro Emprego⁷ do poder Executivo, que objetiva promover a qualificação dos jovens para o mercado de trabalho e inclusão social. O projeto corporifica uma ação da sociedade civil organizada para a implementação do programa do Governo Federal.

A Eletrosul como “entidade Colaboradora” da Ong, direciona suas ações por meio do Programa de Preparação Profissional - Primeiro emprego - PPPE, para contribuir na qualificação e a inserção de jovens ao mercado de trabalho.

A Eletrosul e a Cidadania e Saber convictas de sua responsabilidade social e orientadas pelas diretrizes do Governo Federal propõem a implementação do PPPE, através da consolidação da parceria, a Eletrosul entrou como patrocinadora do programa e a Cidadania e Saber como executora das ações nas instalações da Eletrosul.

O programa iniciou-se em dezembro de 2003, com foco na aprendizagem educacional e profissional de jovens economicamente empobrecidos. Assim, o PPPE, visa facilitar o ingresso no mercado de trabalho de jovens com idade entre 18 a 24 anos⁸, com renda per capita de meio salário mínimo e sem experiência profissional formal. Desta forma, possibilita através da preparação profissional o processo de inclusão social.

Tem como intuito também, viabilizar o regresso dos jovens à atividade escolar, permitindo a preparação para sua inserção sócio-econômica; proporcionar o fortalecimento da sociedade civil por intermédio das parcerias; qualificar os jovens, profissionalmente, em rotinas administrativas; incluir digitalmente, os jovens, por meio da capacidade para o uso da informática como ferramenta primordial para o trabalho; transmitir conhecimentos através de palestras e workshops sobre Valores Humanos, Ética e Cidadania, Educação Ambiental entre outras.

O Programa é efetivado também em parceria entre o Ministério do Trabalho e Emprego, a Eletrosul, Cidadania e Saber, Órgãos Estaduais (responsáveis pelo Sistema Nacional de Emprego), Empresas do setor público e privado e organizações não governamentais, e Secretarias de Educação dos Estados. Estas entidades têm por objetivo o

⁶ Informações adicionais sobre o programa (ver anexo nº 03 p. 67)

⁷ O projeto de lei nº. 1394/03.

⁸ A Faixa etária do PPPE é diferente do PNPE, que inclui jovens de 16 a 24 anos.

desenvolvimento das ações que incentivam e favoreçam a inserção de jovens no mercado de trabalho por meio do PPPE.

Entre os jovens e a Cidadania e Saber, são celebrados “Termos de Compromisso” estabelecendo os direitos e obrigações, (conforme mostra o anexo nº 04, p.69).

A partir do termo de convênio, que firma as parcerias entre a Eletrosul e Ong Cidadania e Saber, ambas desenvolvem responsabilidades distintas como:

a) A empresa Eletrosul se compromete:

- Determinar o número de vagas de preparação para os jovens, e repassar para a Cidadania e Saber;

- Transferir à Cidadania e Saber os valores correspondentes ao pagamento da bolsa treinamento mensal dos jovens, benefícios como: vale transporte, seguro de acidentes pessoais e uniformes.

- Favorecer e garantir a obrigatoriedade de frequência escolar para os jovens selecionados que não tiverem pelo menos o ensino Médio completo;

- Encaminhar também mensalmente a Cidadania e Saber relatório de frequência do jovem, quanto à preparação profissional.

b) A Ong Cidadania e Saber se compromete:

- Recrutar, selecionar, admitir e encaminhar os jovens selecionados para a Eletrosul, segundo os critérios estabelecidos pelo projeto;

- Proporcionar e realizar processos de capacitação e aprendizado profissional, social e cultural junto a Eletrosul;

- Apresentar à Eletrosul o jovem devidamente uniformizado com as peças de vestuário estabelecido e providenciar a prestação de contas dos respectivos custos para o reembolso;

- apoiar a questão pedagógica e de ensino formal do jovem que estiver desenvolvendo suas atividades nas dependências da Eletrosul;

- contribuir no desenvolvimento integral do jovem por meio de ações motivando-o a ter um bom desempenho escolar e estimular a respectiva família no acompanhamento participativo desse desenvolvimento;

- notificar o jovem sobre o seu desligamento, como também a execução do termo de rescisão do jovem.

Os jovens participantes do programa são selecionados previamente pelo Sine⁹ considerando-se os seguintes critérios¹⁰:

- Pertencer à família com renda mensal per capita de até meio salário mínimo em vigor,
- Não ter experiência profissional;
- Ter como escolaridade o ensino fundamental completo ou incompleto, ou o ensino médio incompleto;
- Ter idade entre 18 e 24 anos;
- Ter disponibilidade de horário para estudar;

Os jovens pré-selecionados participaram de processo seletivo por meio de entrevista e exames de saúde ocupacional.

Para a efetiva participação do jovem no Programa, o mesmo deverá apresentar declaração de renda familiar, certidão de nascimento e cédula de identidade, histórico escolar, comprovante de matrícula escolar, ou inscrição no curso de formação (método modularizado), em parceria com as Secretarias de Estado da Educação, carteira profissional sem registro.

Fica a cargo da Cidadania e Saber todo o processo operacional do programa, sendo iniciado pela captação e seleção. Os jovens são encaminhados pelo SINE, da cidade correspondente às vagas, estes são responsáveis por uma pré-seleção, respeitando os critérios de participação do programa. Logo os jovens são encaminhados a Cidadania e Saber para participarem da seleção, sendo utilizado o instrumento de entrevista semi-aberta.

O jovem, durante a preparação executa atividades compatíveis com a sua capacidade laborativa. A carga horária a ser cumprida é de 20 horas semanais, em 04 horas diárias ininterruptas, devendo conciliar com o seu horário escolar.

A Eletrosul pode a cada seis ou oito meses, ou a qualquer momento por necessidade de qualquer uma das partes, proporcionar aos jovens todas as facilidades para mudar de atividade, promovendo, se for o caso, o seu remanejamento, visando possibilitar experiências em outras áreas, durante o tempo em que estiver a sua disposição.

⁹ Sistema Nacional de Emprego parceiro nos quatro estados que abrangem o programa PPPE.

¹⁰ Dados a partir do projeto do programa (novembro de 2003).

Após o processo de seleção os jovens iniciam a preparação profissional que se divide em preparação teórica e prática. O processo teórico constitui-se em temáticas e atividades relacionadas a atendimento ao público, secretariado e um processo de capacitação por meio de cursos e palestras ministradas.

Sobre atividades auxiliares de natureza técnica e administrativa, compreendem-se as seguintes áreas:

a) Recursos Humanos abrangendo conteúdo de: aprendizagem relacionada às atividades do Departamento de Recursos Humanos (40 horas); Aprendizagem sobre técnicas de atendimento ao público (40 horas); Noções básicas de secretariado (40 horas).

b) Suprimentos abordam conteúdo de noções sobre organização, armazenamento e recuperação de documentos (40 horas); aprendizagem sobre métodos de recepção, expedição e movimentação de materiais, controle e conferência de estoque (60 horas); aprendizagem sobre métodos de organização e arquivo de acervo técnico/administrativo, catálogos, desenhos, projetos e documentação em geral (60 horas); aprendizagem de método de transferência de informações contidas em documentos, em meio analógico (papel) para meio digital (40 horas).

c) Área Técnica desenvolvida para algumas áreas da Eletrosul, tendo como conteúdo: Eletricidade básica (40 horas) e Mecânica básica (40 horas).

Os participantes do Programa recebem qualificação de no mínimo 100 (cem) horas, durante fase de treinamento, incluindo depois as atividades desenvolvidas na fase de acompanhamento social.

O Programa de Qualificação, executado por meio de cursos e palestras ministradas por empregados da Eletrosul e/ou terceirizados contratados para este fim, é composto conforme segue o quadro abaixo:

Inclusão digital	100 horas
Ética e cidadania	8 horas
Educação ambiental	8 horas
Higiene e saúde	8 horas
Direitos trabalhistas	8 horas
Segurança no trabalho	8 horas
Desenvolvimento de equipe	20 horas
Português básico	24 horas

Primeiros socorros

16 horas

Após este primeiro trimestre de treinamentos iniciais, o jovem é encaminhado para as áreas da Eletrosul, local que passarão seus próximos meses, aprendendo rotinas administrativas. A partir desta etapa o acompanhamento dos jovens fica também a cargo da Eletrosul, através do departamento de gestão de pessoas o DGP.

O Programa proporciona a preparação profissional aos jovens e sua escolarização, para gerar oportunidades de trabalho por meio de alternativas de emprego, ocupação, empreendedorismo, qualificação e educação, mediante auxílio financeiro denominado Bolsa Educação Profissional.

Os benefícios repassados aos jovens são: a bolsa mensal no valor de R\$ 300,00; vale transporte para o trajeto casa e programa e uniforme completo, compreendendo 02 calças, 02 camisetas do programa, 02 moletons, meias e tênis.

O processo de desligamento ao programa e dos benefícios concedido, ao jovem está previsto nas seguintes situações:

- a) O desligamento poderá ocorrer por iniciativa de qualquer das partes, ou
- b) Por inadequação e/ou inadequação à preparação profissional;
- c) Por ação indisciplinar;
- d) For reprovado (a) na instituição de ensino em que estiver matriculado (a), ou tiver sua matrícula encerrada por indisciplina, frequência insuficiente, aproveitamento insuficiente, entre outros aspectos similares;
- e) Não apresentar mensalmente comprovante de frequência da instituição de ensino na qual está matriculado (a);
- f) Quando completar 24 anos e 11 meses;
- g) Com a conclusão do ensino médio.

Preocupados com os jovens que já estavam completando os 12 meses e continuavam sem perspectivas de trabalho formal, a Cidadania e Saber juntamente com a Eletrosul, começaram a articular parcerias com empresários de instituições privadas, para encaminhamentos dos jovens já preparados para uma nova experiência, com possibilidades de

contratações. O jovem a partir do nono mês de permanência no programa, já teria passado por todos os treinamentos, com isso após uma avaliação com os supervisores destes, pela equipe multidisciplinar que acompanha o programa, jovens considerados aptos são indicados para estes encaminhamentos.

As primeiras parceiras efetuadas através de termos de parcerias foram firmadas com fornecedores da Eletrosul, através de um encontro realizado em dezembro de 2004, onde se apresentou objetivo e funcionamento do programa e da Cidadania e Saber. Através dessa ação os jovens poderiam permanecer por 90 dias na empresa parceira, considerados estágios, após este prazo, se o jovem correspondesse às expectativas, poderia ser contratado de acordo com a CLT.

3 PERSPECTIVAS PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO NO CONTEXTO DO PPPE

3.1 Serviço Social perspectivas e desafios

Compreender os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social exige entender a profissão sob um duplo olhar, que consiste em abordá-la como uma profissão socialmente determinada na história da sociedade, e que, se formou e se desenvolveu no marco das forças societárias enquanto uma especialização do trabalho, e ainda, pensá-la como fruto dos sujeitos que a constroem e a vivenciam. Analisando a profissão a partir dos modos de pensar e de atuar que foram incorporados pelos profissionais, para que as bases teóricas da profissão estejam visíveis no momento em que se realiza a leitura da sociedade (IAMAMOTO, 1999).

Neste capítulo faremos uma breve análise do Serviço Social, ciente do quanto é amplo este campo de pesquisa.

O serviço social como profissão inserida na divisão sócio-técnico do trabalho, traz, nas marcas de sua história, o imbricamento com diversos cenários e lutas da sociedade brasileira, mantendo, porém, até a década de 70, uma posição predominantemente tradicional e reprodutora da ordem social. A partir de então, o seu processo de renovação vai assimilar novas teorias, ainda que de forma eclética (MATOS, 2003).

O serviço social sofre renovação articulada com as próprias questões oriundas do sistema capitalista de produção, não sendo um processo desligado das mutações do mundo. A renovação serve como um movimento de revisão interna do serviço social para atendimento das novas demandas que emergem desse processo (MATOS, 2003).

Destacar a importância da década de 1980 se faz necessário, para o serviço social, pois ocorre nesse período um amadurecimento da reflexão crítico/dialética que fundamenta o projeto desta profissão, através do movimento de reconceitualização, derivando em rupturas com as práticas exercidas, consideradas messiânicas e militantistas, meramente dedutivas e

ecléticas. Avança-se num debate plural de idéias de compromisso com os valores da liberdade, democracia, cidadania e direitos sociais (IAMAMOTO, 1999).

Assim, com um processo de busca pela ruptura com o conservadorismo histórico, a profissão vai construindo a hegemonia do paradigma crítico/dialético e afirmando o seu projeto profissional.

Postular um Serviço Social que, na relação teoria e prática, busquem na realidade as tendências que permitam a realização de uma prática que viabilize um processo de ruptura com a ordem estabelecida envolve a superação de grande número de obstáculos. [...] a busca de rompimento com práticas conservadoras e um processo, o que significa que não há rompimento a priori com a reprodução social. Isso seria optar por enfrentar a realidade com idéias e não com ações. Não é possível enfrentar a realidade fora dela mesma, fora de seu movimento. Uma prática conservadora produz e reproduz, conservando as formas de dominação presentes na sociedade uma prática “progressista” produz e reproduz, construindo condições de ruptura (VASCONCELOS, 2002, p. 101).

Não estamos afirmando que essa tendência é a única no debate, nem que na totalidade da categoria ela seja hegemônica, e também não desconsideramos a contribuição das outras tendências, porém chamamos a atenção de que ela direcionou os avanços, conquistando assim a hegemonia no debate profissional (MATOS, 2003).

Um novo projeto profissional foi inaugurado a partir da matriz dialético-materialista, novas análises incorporaram a idéia que o assistente social é um trabalhador que está inserido na divisão sócio-técnico do trabalho. A partir de 1980 com uma discussão crítica que permeou espaços que envolvem a profissão [...] a formação profissional, os eventos acadêmicos e congressos da categoria profissional e estudantil e o código de Ética (IAMAMOTO, 1999).

Diante da possibilidade de ruptura ideológica, teórica e prática do serviço social com o conservadorismo, dependendo na interpretação que se faça, encontraremos diferenças na intervenção profissional, que poderão ser conservadoras ou emancipatórias.

Além do redimensionamento da profissão nos aspectos teórico-metodológico e técnico-operativo, houve na dimensão ética a abertura para a concretização de uma prática que consiste na democracia e sua normatização pelo Código de Ética de 1993, que dispõe de um caráter de obrigatoriedade, ao estabelecerem direitos e deveres do Assistente Social, segundo

princípios e valores humanistas, guias para o seu exercício cotidiano, dos quais se destacam (CFESS, 2002, p.21),

- o reconhecimento da liberdade como valor ético central, que requer o reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos;
- a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo;
- a defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia da socialização da participação política e da riqueza produzida;
- o posicionamento a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática;
- o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, e a garantia do pluralismo; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com os outros profissionais e trabalhadores.

O código de Ética do Serviço Social, ao incorporar a concepção de direitos e o acúmulo teórico-crítico da profissão resultou em avanços que proporcionou a categoria profissional transformações assumindo uma conduta radicalmente democrática para a defesa intransigente dos direitos humanos, a partir daí também, possibilitou o desenvolvimento de um instrumental técnico-operativo que consolida com o atual projeto hegemônico e conseqüentemente a ruptura com o conservadorismo histórico da profissão (LIMA, 2004).

Os princípios éticos ao se incorporarem o cotidiano da profissão, indicam um novo modo de operar o trabalho profissional e estabelecer a direção na condução das relações de trabalho, sendo exercido nas expressões de coletividade da categoria profissional na sociedade.

A partir de um projeto de transformação, assumindo a defesa intransigente dos direitos humanos através de uma conduta radicalmente democrática e estabelecendo que a Ética “deve ter como suporte uma ontologia social. Os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora e tipificada no processo de trabalho” (CFESS, 2002, p.15).

Para tanto, os novos aportes teóricos e metodológicos que culminam com a nova visão da profissão em vários aspectos, têm sua relação com a realidade, sua trajetória histórica e a sua relação com os empregados e usuários.

Netto (1999) considera que os projetos profissionais apresentam os valores que legitimam socialmente uma profissão, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam requisitos para seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais estabelecendo os determinantes da sua relação com os usuários dos serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais públicas e privadas. Tais projetos são construídos por um sujeito coletivo que, para o autor, inclui tanto os profissionais de campo quanto o conjunto de entidades que a organizam, as instituições de ensino e os pesquisadores. O autor ainda ressalta o pluralismo presente na elaboração e na construção de um projeto profissional, campo heterogêneo de onde vem os profissionais,

são necessariamente, indivíduos diferentes tem origens e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas etc. A categoria profissional é uma unidade não-identitária, uma unidade de elementos diversos, nela estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, ela é um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes [...] toda categoria profissional é campo de tensões e lutas [...] a afirmação no seu interior, de um projeto profissional não suprime as divergências e contradições (NETTO, 1999. p. 96).

Para Yamamoto (1999) dois projetos orientam a profissão, um baseado no conservadorismo histórico onde a ação profissional se orienta para o conservadorismo, outro baseado na concepção crítica/dialética que orienta as ações de uma pedagogia emancipatória com vistas à efetivação de direitos, para a emancipação dos indivíduos enquanto sujeitos históricos.

O projeto ético-político profissional conduz a intervenção para a realização de ações voltadas para a construção da cidadania para todos; a defesa, a ampliação e a consolidação de direitos sociais, civis e políticos; a formação de uma cultura política democrática e para a consolidação da esfera pública. É um projeto profissional que desenvolve ações sob a totalidade social em suas múltiplas relações com a esfera da produção/reprodução da vida social.

De acordo com Vasconcelos (2002), o profissional que realiza suas ações na concepção crítica/dialética, que pressupõem a defesa da cidadania e a emancipação do indivíduo, pois uma prática conservadora não propositiva, numa posição passiva o Assistente Social não altera sua realidade social nem as demandas sociais a ela emergentes. Assim, o fazer profissional a partir do projeto ético político, conduz a um repensar sobre:

- o exercício político para negociar e eleger as estratégias e alianças necessárias que viabilizem ações e espaços democráticos solidários;
- a dicotomia teoria e prática nas ações;
- as questões emergentes inicia-se a discussão enfrentando a questão social por ações que realmente articulem-se aos interesses e necessidades da classe trabalhadora;
- a ação interdisciplinar.

Um projeto profissional hegemônico pressupõe a existência de uma estrutura dinâmica que lhe permita um constante renovar-se e modificar-se a fim de responder as necessidades sociais continuamente gestadas.

Analisando a década 1990, percebe-se que o projeto societário do Serviço Social esbarra no projeto neoliberal, estabelecendo-se uma nítida oposição entre o projeto ético-político assumido pelo Serviço Social e o projeto neoliberal, o que leva a ação do profissional sofrer ameaças quanto a sua consolidação.

Deste modo, a manutenção e o aprofundamento do projeto profissional residem na articulação, no contexto social onde são realizadas as ações profissionais, das dimensões ético-político, acadêmica e legal que fundamentam e dão sustentabilidade à intervenção profissional, bem como na inter-relação com outros profissionais que também estejam orientados para uma transformação social (IAMAMOTO, 1999).

No terreno da atuação profissional, entretanto, o espaço ocupacional não é exclusivo do (a) assistente social e é onde estão presentes as relações de poder, a competitividade entre trabalhadores (as), as ingerências das causas privadas sobre interesses públicos; não delimitar com precisão o campo profissional, que são partilhados por outros profissionais especializados, movidos por interesses diversos. É preciso considerar, ainda, as contradições advindas da dinâmica das relações sociais, enquanto expressão dos antagonismos entre as classes, reproduzidas nos espaços ocupacionais, nos quais o Serviço Social encontra os seus empregadores e cenários (CFESS, 2002 p. 09).

Com a radicalização das desigualdades sociais e a paralela redução dos fundos públicos para a reprodução da força de trabalho, a ordem pública atribui perfis mais perversos a “questão social”, exigindo um repensar do Serviço Social, cujas ações encontram-se nela enraizadas, dependentes das iniciativas públicas e privadas para o seu enfrentamento, assim como das condições de vida e de trabalho do conjunto dos segmentos trabalhadores a quem se dirige prioritariamente à prática do Serviço Social.

As profundas transformações que atravessam o mundo contemporâneo estão a exigir um repensar do serviço social, à medida que vêm alterando o mercado e as condições do trabalho profissional, redimensionando as funções tradicionalmente atribuídas ao assistente social, qualificações necessárias ao exercício profissional. Enfim, vêm introduzindo, mudanças significativas na divisão social e técnica do trabalho, atingindo o serviço social como uma das especializações do trabalho na sociedade (CFESS, 2002, p. 9).

Ao longo das décadas, com a evolução da profissão e transformações decorrentes do tipo de atividade que foram tradicionalmente atribuídas ao assistente social, exigiu-lhe o desenvolvimento de habilidades para o enfrentamento das várias expressões da questão social. Ao adquirir novas competências o profissional insere-se em novos espaços de trabalho e ampliando suas potencialidades ocupacionais, mas é necessário enfrentar os desafios de se apreender as alterações históricas dos processos sociais macroscópicos que vêm interferindo no campo profissional.

A profissão de serviço social sendo tributária das alterações históricas que se processam nas relações entre o Estado e as forças organizadas da sociedade civil necessita detectar as reformulações e criar alternativas para a satisfação das demandas emergentes desses processos de reivindicação (VASCONCELLOS, 2002).

Ao analisar a sociedade capitalista que resulta cada vez mais em exclusão de trabalhadores do mercado formal de trabalho e cerceamento dos direitos a ele atinentes, necessita-se nesse momento da articulação do assistente social neste meio de conflitos.

A profissão dispõe de uma dimensão prática-interventiva, que conforme (Iamamoto, 1997) descreve é necessária, tanto uma competência teórico-metodológica que serve como

recurso indispensável para a leitura crítica da sociedade, iluminando as possibilidades de ação nela contida, como uma competência técnico-político, respaldada por preceitos éticos.

É necessário enfrentar desafios e conquistá-los na prática do cotidiano de suas ações. Ampliando seu espaço de trabalho e proporcionado uma sociedade melhor. A partir de tais parâmetros, é possível explicitar os fundamentos técnico-operativos e a compreensão acerca do teórico-metodológicos.

Conforme já referenciamos as alterações que demarcaram a sociedade brasileira, devidos aos processos históricos, destacamos a importância e necessidade de se estabelecer princípios éticos, estes do código de ética 1993 do Assistente Social, também já citado anteriormente nos artigos 4º e 5º, mas nesse momento trataremos dos compromissos ético-políticos, que norteiam o exercício profissional, significando desafios e perspectivas para o cotidiano da profissão, a partir de Yamamoto, (1997) faremos uma reflexão:

Inicialmente, podemos destacar a defesa intransigente das conquistas sociais obtidas pela Constituição Federal de 1988, ameaçadas pelas políticas neoliberais. Espaço para articulação do Assistente Social, pela preservação de caráter universal das políticas sociais públicas.

Em segundo lugar, a apropriação por meio de pesquisa, do conhecimento sobre as condições de vida e trabalho dos usuários, que geralmente são pertencentes às classes menos favorecidas, público alvo do trabalho do Assistente Social, capta as formas de explicitação de seus interesses e necessidades, condicionando a defesa da vida e da dignidade do trabalhador.

Em terceiro lugar, a precisão por prática profissional reforçadora nos direitos sociais, na sua normatividade legal, e principalmente, na inserção dos sujeitos sociais na dinâmica da sociedade, contrapondo com suas desigualdades e antagonismos e se assegurando na garantia para o enfrentamento dessas questões.

Também, o investimento em uma cultura democrática, que contrapõe ao autoritarismo, que estabelece a obediência a ordens. As questões seriam problematizadas e publicizadas para agir-se com equidade e justiça, utilizando como base a ética para impregnação na vida pública e reforçando princípios democráticos.

Em quinto lugar, e em conjunto com os anteriores, o desafio na participação do amplo projeto de construção de uma nova cidadania, sua consolidação e efetivação, com direitos sociais, civis e políticos, sendo estendidos a todos os sujeitos em sua heterogeneidade. A

articulação de uma nova cidadania aliada à relação da sociedade civil organizada e entre o Estado, sem a pretensão de individualismo entre os quais.

Por fim, uma prática profissional centrada na defesa da ampliação progressiva da esfera pública, onde se refratam interesses econômicos e sociais distintos, esses ao interesse da coletividade, com intenção de ampliação da igualdade no marco diversificado das manifestações da questão social. Propondo uma sociedade baseada na exclusão de privilégios, violências e discriminação de renda, poder, raça, gênero, entre outras.

A partir das ações profissionais embasadas nos processos técnico-operativos, teórico-metodológicos e ético-políticos, favorece ampliar os campos de intervenção com o propósito de viabilizar os direitos sociais.

3.2 Serviço Social e o PPPE: Relato de uma prática

O assistente social é pensado por Yamamoto (1999) como um intelectual que contribui, junto a outros protagonistas profissionais, na criação de consensos e alternativas criativas e dialéticas na sociedade.

Neste sub-capítulo relataremos a experiência de estágio curricular realizado no período de março a dezembro de 2005, com objetivo de vivenciar a prática profissional, no decorrer também deste item tem-se a intenção de sugerir ações e realizar reflexões sobre a ação profissional do serviço social no referido programa.

A centralidade das nossas preocupações esteve em identificar alternativas para o processo de trabalho do assistente social no programa PPPE. Assim, as categorias de análise utilizadas ao longo do processo de produção deste trabalho foi o projeto ético político da profissão e as políticas de trabalho e renda no sistema capitalista.

Durante o estágio foi sendo colocada, a necessidade de se entender os desafios do serviço social diante da influência do projeto neoliberal no país, que traz consigo, estratégia de rearticulação do capitalismo em nível amplo, além da defesa de um Estado mínimo para as

questões do social, propõe uma reestruturação produtiva, pautada pela precarização das relações de trabalho e pela drástica redução das conquistas sociais e trabalhistas.

A partir da dialética entre teoria e prática, vivenciada no processo de estágio, foi possível analisar conexões que os profissionais estabelecem com a realidade, com o objeto da ação profissional, pois assegura ao pesquisador (estagiário) uma relação consciente entre pensamento e ação, garantido através da associação da universidade e do meio profissional.

Esse trabalho traz como contribuição o registro da experiência pioneira do serviço social no PPPE, desenvolvido pela estagiária, com a abertura de campo de estágio nesse setor da empresa.

O desenvolvimento de estágio se deu com a supervisão da Assistente Social ligada ao setor de saúde ocupacional que disponibilizou atenção e empenho para contribuir para ação do serviço social nos seus múltiplos espaços de trabalho.

A intervenção ao longo do estágio foi alimentada pela reflexão e informada pela compreensão da importância do PPPE estar fundamentado nos valores e princípios do projeto ético-político profissional.

Para a compreensão das dimensões que envolvem a prática do Serviço Social no programa, nosso encontro com o que tem discutido Mioto (2001) oportunizou a ampliação de reflexões sobre a prática profissional.

Mioto propõem em primeiro lugar que a profissão é definida como “um conjunto de procedimentos, atos, atividades pertinentes a uma determinada profissão e realizadas por sujeitos/profissionais de forma responsável e consciente” (MIOTO 2001-CDROM apud LIMA), a sistematização proposta pela pesquisadora encontra respaldo na lei 8662/93 que regulamenta a profissão e que estabelece as competências e atribuições privativas do Assistente Social. Num segundo momento propõem que as ações profissionais se estruturam em torno de três eixos de intervenção “que estão dialeticamente articulados e ancorados na dimensão investigativa [...] são os processos investigativos que garantem subsídios e legitimidade a formulação de agendas públicas e a proposição de políticas sociais que venham a responder as demandas dos usuários e alimentar um processo de construção coletiva de reivindicação, afirmação e efetivação de Direitos Sociais”. (MIOTO 2001-CDROM apud LIMA).

Assim, com base em (Miotto 2001-CDROM apud Lima, 2004, p. 24), que apresenta um esquema útil para analisarmos a prática do programa, abaixo descreveremos os eixos norteadores para as ações profissionais, que consistem nos:

- 1- **Processos Políticos-Organizativos:** podem ser definidos como uma área de trabalho dos assistentes sociais que tem como foco de intervenção a participação social, sob a lógica da pluralidade e da cidadania, voltada para o fortalecimento da sociedade civil. Neste processo são desenvolvidas ações de assessoria e mobilização, realizadas através de diferentes abordagens como a grupal, a individual e a coletiva, utilizando-se de diferentes instrumentos técnicos-operativos: reunião, entrevista, assembléia entre outros.
- 2- **Processos de Planejamento e Gestão:** a intervenção consiste no desenvolvimento de assessoria e consultoria nas instituições públicas e privadas voltadas a proposição e avaliação de programas e projetos sociais, bem como o desenvolvimento de ações voltadas para gestão de recursos humanos, gestão da informação, organização e gerenciamento de programas, projetos e serviços.
- 3- **Processos Sócio-Assistenciais:** a intervenção está orientada para a intervenção direta como os usuários, especialmente com famílias e segmentos sociais vulneráveis. As ações acontecem privilegiadamente no contexto institucional e o processo interventivo se realiza a partir de demandas singulares. Seu objetivo é contribuir para que, junto com os usuários, se consiga responder as demandas colocadas na perspectiva da cidadania e dos direitos. Integram este processo quatro categorias de ações: periciais, sócio-emergenciais, sócio-terapêuticas e sócio-educativas. No contexto dos Processos Sócio-Assistenciais:
 - as ações periciais são definidas como ações que tem por objetivo elaborar parecer social que, por sua vez, subsidiara a de decisão de outrem;
 - as ações sócio-emergenciais são ações desenvolvidas no sentido de atender as demandas que se revestem por um caráter de emergência que estão, por sua vez, relacionadas as necessidades básicas e de urgência das famílias;

- as ações sócio-terapêuticas são aquelas ações desenvolvidas diante de situações de sofrimento individual e/ou grupal. Estão voltadas para as situações sintomáticas que se manifestam através de membros das famílias e das relações destrutivas que esses membros estabelecem entre si, ou com a sociedade;
- as ações sócio educativas consistem por movimento de reflexão entre profissionais e usuários que, através da informação e do diálogo, buscam por alternativas e resolutividade para a demanda do usuário. A lógica do atendimento reside no usuário enquanto sujeito, ou seja, a partir de seus problemas contribuindo para que ele estabeleça de maneira autônoma a sua própria forma de caminhar com intenção de alterar a situação de sofrimentos que vem vivenciando, bem como alterar em longo prazo essa produção de sofrimento/ carência no âmbito as relações sociais ao remetê-lo para a participação em processos políticos organizativos.

Analisando os processos em função da prática vivenciada verificamos, com relação ao processo Político-Organizativo, que através deste, se possibilita o fortalecimento da cidadania, por meio de ações sócio-educativas. O Processo de Planejamento e Gestão ocasiona o melhoramento das ações, e pode ser evidenciado nas ações de gerenciamento do programa, (levantamento de necessidades, elaboração de proposta de intervenção). Um dos eixos de maior visibilidade do trabalho do assistente social, o Processo Sócio-Assistencial, pode também ser evidenciado através do atendimento das demandas dos usuários, com destaque para as ações sócio-educativas que se fez presente no desenvolvimento das ações interventivas que objetivavam ampliação da cidadania.

Ao se falar das ações sócio-educativas pode-se encontrar o paradigma relacionado tanto com as tendências conservadoras da profissão ou com o compromisso do desenvolvimento de ações profissional nas estratégias pautadas no projeto ético-político (LIMA, 2004).

Assim, as ações sócio-educativas tanto podem assumir um caráter de enquadramento disciplinador destinado a moldar o usuário em sua inserção institucional e na vida sócio-política-cultural, como podem direcionar-se ao fortalecimento dos usuários, possibilitando

reconstrução de valores éticos-políticos, os modos de pensar e agir desses jovens, contribuindo na defesa dos direitos (LIMA, 2004).

Através da socialização da informação (Silva, 2000A) se procura tornar transparente para os usuários o real significado das políticas sociais, a lógica a partir da qual se originam e se estruturam na sociedade capitalista, bem como os meios e condições de acessá-las (Silva, 2000A p. 114 apud LIMA, 2004).

No programa é realizado acompanhamento psicossocial por uma equipe multidisciplinar, com o intuito de realizar uma abordagem ampla e qualitativa, através da execução das ações interventivas no contexto das ações sócio-educativas, nas diversas questões que afetam a inclusão dos jovens no mercado formal de trabalho, utilizando vários instrumentos profissionais. O trabalho em equipe multidisciplinar favorece a articulação com alguns profissionais (médicos, enfermeiros, assistente social, sociólogo, técnico de segurança do trabalho, advogado) com os quais se trabalha e se planeja para poder realizar suas ações na direção pretendida. Trabalhar em equipe pode ser um facilitador no acesso aos recursos institucionais, esclarecedor e informativo, minimizando a problemática social.

A atuação do Assistente Social na complexidade do programa juntamente com outros profissionais favorece aos jovens como usuários desse serviço, maior qualidade na sua capacitação e aumento das condições para a inserção no mercado de trabalho. O desafio que se impõem está na aplicação das ações que levem em conta o conjunto das reais necessidades e características sócio-culturais destes jovens participantes.

Para Vasconcelos (2002, p.122) torna-se pertinente “o desenvolvimento de novas competências, sócio-políticas e teóricas-instrumentais, no sentido de promover uma (re) legitimação profissional, com o alargamento do espaço profissional da profissão”.

Consideramos a intervenção profissional do Serviço Social na direção das ações sócio-educativas baseada na socialização da informação como a ferramenta facilitadora de um processo de aprendizagem e conscientização.

A seguir apresentaremos uma descrição breve do instrumental técnico-operativo utilizado nas intervenções de estágio visando ações sócio-educativas.

Antes de apresentá-las é importante registrar que a equipe de coordenação concedeu-me autonomia para o desenvolvimento destas ações, o que aliado á supervisão constante com a assistente social e equipe, foram de extrema importância para o meu aprendizado. Para a

realização das atividades realizávamos cronograma de atividades sempre discutido e acrescido de sugestões por todos envolvidos nesse processo.

As ações:

- Dinâmica de grupo: o uso desse instrumento visava proporcionar momentos educativos e reflexivos que possibilita ao grupo vivenciar situações inovadoras em todos os níveis. A dimensão grupal enquanto espaço de interações sociais é um campo fértil para o desenvolvimento de experiências pedagógicas. Importante correlacioná-la com palestras temáticas, vídeos e/ou músicas.
- Entretenimento Educativo: com auxílio de músicas e vídeos, incluídos em momentos oportunos como acréscimo de informação e reflexão sobre cidadania e direitos sociais, de forma mais descontraída.
- Reuniões: possibilitava a orientação, acompanhamento e encaminhamentos diretos ao jovem e aos supervisores. Sendo realizado bimestralmente e a reunião e os atendimentos, realizados quando fosse necessário.
- Atendimentos individuais: é um momento de escuta e orientação para o jovem em seu processo de aprendizado.
- Avaliação e auto-avaliação: um instrumento de orientação dos objetivos proporcionou momentos reflexivos da realidade e dos fatos. Aplicado em forma de questionário com os supervisores e com os bolsistas, trimestralmente.
- Grupo de vivência: onde o jovem explicitava o seu processo de trabalho, suas angustias, necessidades, aprendizados com os seus colegas do programa.
- Palestra temática: eram ministradas por uma equipe multidisciplinar, com o apoio de estagiários e profissionais do serviço social, psicologia, enfermagem e médico. Proporcionava ao jovem conscientização e informação, favorecendo crescimento pessoal, social e profissional.

- Documentação e sistematização do trabalho realizado: organização das atividades realizadas, através de relatórios e arquivamento em locais específicos para o serviço social.

A concretização das ações acima tinha como intuito favorecer ao jovem, através da prática profissional embasada nas ações sócio-educativas, o processo de participação para a construção do conhecimento crítica e fortalecimento da cidadania.

Estas ações que estão em consonância com o CFESS (2002, p. 9), objetivavam:

- resgate da cidadania/ relação direitos e deveres;
- melhoria das condições de vida do usuário;
- socialização de informações;
- humanização do atendimento;
- prestar assistência ao usuário e a comunidade;
- capacitação profissional para desenvolvimento do trabalho com melhor qualidade;
- garantir as necessidades do usuário.

Finalizamos então, este item de capítulo, em que relatamos a prática de estágio a partir de reflexões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, com algumas sugestões:

Na dinamização do programa a atuação do serviço social tanto em relação ao usuário do programa como em relação à equipe, foi de fundamental importância, é preciso que haja continuidade.

Entendemos, considerando as necessidades da população usuária do programa que é preciso garantir a continuidade do serviço social com intuito de agir de forma preventiva e sócio-educativa.

Vários questionamentos surgiram ao refletir sobre a atuação do profissional no programa, seja ao pensar sobre o empreendimento do PPPE, sua viabilidade e repercussões em níveis pessoais, sociais e profissionais, ou quais ações interventivas podem ser desenvolvidas pela equipe, para o constante sucesso do programa em seus diversos níveis.

Ainda, sugerimos ações em vários âmbitos:

- No âmbito dos empregados (da Eletrosul) na condição de supervisores dos jovens, necessidade de estabelecerem um projeto de orientação que lhes possibilite mudança nas atitudes, diante do programa e na supervisão dos jovens,
- No âmbito dos demais empregados, proporcionar um projeto que possibilite condições que estimulem o envolvimento desses com o programa (ou programas da empresa), favorecendo a remoção de barreiras existentes e preconceitos que dificultam a concretização de algumas ações,
- No âmbito da sociedade e do Estado, fica uma reflexão para todos, como contribuir para a minimização das dificuldades encontradas na inserção dos jovens no mercado formal de trabalho, e
- No âmbito do programa lembramos da necessidade de sistematizar as ações incluindo a participação da família nas atividades que compõem o programa.

Concluo este relato destacando a importância da ação profissional estar relacionada com os interesses e demandas dos usuários e da importância da reflexão sobre a inserção do profissional em novos espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procurou-se desenvolver uma análise a partir da Revolução Industrial, que ocasionou o aceleramento de mudanças do sistema econômico e conseqüentemente o agravamento das expressões da questão social, destacamos a situação do desemprego, principalmente entre os jovens com idade de 18 a 24 anos. Observamos que diante dessa problemática várias ações estão sendo desenvolvidas, sendo estas de responsabilidade do Estado, do Terceiro Setor ou através da Responsabilidade Social das Empresas.

Enfocamos a ação de Responsabilidade Social da empresa Eletrosul, com a parceria da Cidadania e Saber, que realizam o programa de Preparação Profissional - Primeiro Emprego com o objetivo de capacitação profissional jovem que não estão inseridos no mercado formal de trabalho. Uma oportunidade diante da realidade social em que vivemos, mas que esta ação não atende a necessidade de todos.

O mundo de produção industrial encontra-se em um duplo processo, o de tecnologia e o de globalização, se aceleram contribuindo para valorizar o capital e reduzir progressivamente o valor do social e da condição digna do trabalhador.

As alterações no mundo do trabalho, na esfera do Estado e nas políticas sociais estabelecem novas mediações que expressam condições objetivas sobre realidade brasileira. Frente a essas transformações, a dimensão instrumental do serviço social passa a necessitar de vínculos cada vez mais estreitos com o Projeto Ético-Político em defesa dos direitos sociais e humanos e concretização da democracia.

Como vimos as novas tecnologias proporcionam aumento na produtividade, mas não de emprego, ocorrendo cada vez mais diminuição dos postos de trabalho.

Percebemos a necessidade de o Estado realizar ações que remetam resultados na sociedade, resolvendo problemas e situações que com o passar dos anos tendem a se agravar, ações devem ser complexas e pretender atender as demandas em sua totalidade, não apenas de caráter focalista e residual, mas contraposto, a necessidade de haver ações desse caráter para atender as demandas imediatas, emergenciais e, posteriormente ações integralistas e totalistas, atingindo-se o perfil para uma sociedade justa, igualitária e democrática.

Entendemos que são necessárias as ações emergenciais, considerando os programas sociais, mas devem-se pretender impactos que resultam das alterações da conjuntura, principalmente no caso do desemprego na conjuntura estrutural do país.

Na década de 80 os projetos de transformação social derivaram em alterações, do modelo conservador, assistencialista para o projeto sócio-educativo e emancipatório.

Na vivência de estágio, deu-se início na reflexão sobre a necessidade de articulação do Serviço Social no programa, mesmo este atuando na equipe quando se faz necessário, pois o projeto profissional do Assistente Social da Eletrosul está voltado para a saúde ocupacional, campo este também, necessário da intervenção profissional. Com a inserção em outros espaços, podendo compartilhar por um projeto profissional mais articulado com as demandas institucionais, não apenas no setor de saúde, da empresa, mas também inserir assistentes sociais no programa, na área de Acompanhamento Social, possibilitando uma busca por um maior espaço de atuação, se articulando com as outras profissões.

O profissional de Serviço Social deve ampliar seu campo de ação e redirecionar a construção de seu saber e de vivência de sua prática de forma a atuar interdisciplinarmente e não apenas multidisciplinarmente. Podendo contribuir nos processos de trabalho das organizações, por meio de sua participação nos programas. Completando a equipe e implementando ações – reuniões, palestras, encontros, grupos de trabalho, entre outras – como parte dos profissionais que atuam na equipe do programa, onde, além desses profissionais, o programa conta com uma equipe multidisciplinar.

Diversas contradições e limites estão presentes na ação profissional oriundos da própria inserção do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho. É importante ressaltar, a necessidade de comprometimento com o Projeto Ético-Político da profissão, alinhado aos vários espaços de atuação e estratégias de intervenção, possibilitando uma prática transformadora e possível de alcançar os níveis de demandas da realidade social.

É um desafio abranger a totalidade e ter-se um compromisso com a ordem societária como estratégia de ação. É preciso também que esteja munido de um referencial teórico-metodológico que lhe permita apreender a realidade numa perspectiva dessa totalidade e construir mediações entre o exercício profissional comprometido e com os limites apresentados pela realidade de atuação. Uma prática objetivando a luta por direitos sociais,

comprometendo-se com a qualidade nos serviços prestados e com o fortalecimento do usuário, com base na justiça social.

É importante o aprimoramento constante do profissional, a busca por especializações do universo de atuação e tenha, sobretudo, uma perspectiva de totalidade da realidade social.

A afirmação do Projeto ético-político ocorre a partir da compreensão dos projetos profissionais que estão em luta no âmbito profissional e as ações estão expressas a partir desses projetos, que engendram ações para a concretização da intervenção. E nesse contexto que a inserção do assistente social no referido programa, traz reflexões e resultados importantes para a concretização das ações.

Um profissional para subsidiar o planejamento das atividades da área, para rever procedimentos, para estabelecer estratégias de relacionamento com os usuários, para avaliar os conteúdos com foco preventivo e sócio-educativo, enfim, para permitir que a área alcance, com maior efetividade, os resultados esperados pela Empresa e pelos próprios beneficiados, com possibilidades de repercutir seus resultados na sociedade.

Com a efetivação das ações sócio-educativas pela equipe do programa, os jovens vivenciam um aprendizado que pode proporcionar um processo emancipatório que oportuniza aos indivíduos se perceber como sujeitos da sociedade onde estão inseridos e usufruir os bens nela produzidos, através do processo ensino-aprendizagem na relação dialética entre profissional e usuário cuja finalidade é transformar as condições geradoras dos problemas sociais vivenciados.

Entende-se que essa análise encontra relevância ao constituir-se em possibilidade de inserção do profissional lotado além do Setor de Saúde Ocupacional, como também no setor de Acompanhamento Social da Eletrosul, uma vez que, de acordo com os resultados obtidos, no estágio poderão ser implementados estudos com possibilidades de intervenção no contexto do PPPE.

A partir da inserção do profissional, este viabiliza pelo seu campo de atuação e com instrumentos capazes de reivindicar ao Estado a justiça social, e democracia. O projeto ético-político no paradigma crítico/dialético favorece a atuação no Serviço Social na sua forma renovada, com função educativa e emancipadora, que vem ao encontro do Código de Ética do Serviço Social e a Lei 8662 que regulamente a profissão.

O Estado precisa de estratégias que articulem o crescimento econômico com o progresso social, dando prioridade ao emprego e aos salários, dinamizar a contratação coletiva e valorizar os direitos dos trabalhadores e concretizar políticas sociais avançadas que reduzam as desigualdades sociais.

O serviço social brasileiro, nas últimas décadas teve progresso na sua interpretação teórico-metodológico e política, adequando criticamente a profissão às exigências da sociedade atual. Além dessas inovações que se fez presente também, no campo de estágio em questão, houve a possibilidade de efetivar uma experiência de estágio com base nos direitos e deveres do assistente social, segundo os princípios e valores da profissão, conforme explicita o código de ética.

Com base nos princípios éticos do código de Ética do Serviço Social, e aparato teórico em decorrência do avanço histórico da profissão que perpassam as últimas décadas, foi possível a atuação no atendimento e encaminhamentos de algumas demandas no decorrer dessa aprendizagem então surge uma análise que o qualificar, reconhecer, garantir e elevar a intervenção profissional, nos múltiplos espaços de trabalho.

O assistente social precisa formar parceria com outros profissionais, se informar, investir em outras atividades, em grupos de estudo, contribuir na construção da consciência crítica, dos usuários na luta pelos direitos sociais a partir de uma prática emancipatória.

Espera-se que com este estudo, que outras discussões se efetivem, que o Serviço Social possa afirma-se cada vez mais como profissão e garantir a hegemonia do atual projeto Ético-político.

REFERÊNCIAS

Citadas

ADULIS, Dalberto. **Da colaboração à parceria** – Disponível em: http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_tmes_maio2002.cfm ADULLIS, acesso em 02/11/05.

ANDRIOLI, Antônio Inácio - **Aumentar a exploração para garantir empregos? Revista espaço acadêmico nº 39, agosto de 2004.** Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/039/39andrioli.htm>. Acesso em 30/10/05.

ARAUJO, Marley R. M. **O que é Responsabilidade Social de empresas para o consumidor, significado e influências.** 2002. Disponível em www.valoronline.com.br. Acesso em 08/11/05.

Balanco Social 2003 da Eletrosul.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia da globalização e (dês) caminhos da ciência social. Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial.** Pablo Gentili (org) 3º edição, editora Vozes, Petrópolis, 2001.

CASANOVA, Pablo Gonzalez. **Globalidade, neoliberalismo e democracia. Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial.** Pablo Gentili (org) 3º edição, editora Vozes, Petrópolis, 2001.

CATANI, Afrânio Mendes. **O Que é Capitalismo.** 28ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia.** 12ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

CHAVES, Luiz Carlos. **A industrialização: Emprego e processo de trabalho no Brasil.** Revista Katalysis v. 6 n 1 jan/jun., Editora da UFSC, Santa Catarina. 2003.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do (a) Assistente Social em questão.** Brasília, fev. 2002.

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região. **Coletânea de Leis.** 2ª ed. Santa Catarina: 2001.

ELETROSUL, Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. **Manual de Pessoal.** Florianópolis: 1976

ELETROSUL, Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. **Relatório de Administração, 25 Anos**. Florianópolis: 1993.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/>

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço social: Ensaio Críticos**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

IANNI, Octavio. **A questão Social**. Disponível em <http://www.usp.br/revistausp/n3/fiannitexto.html>. Acesso em 01/11/05.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – Disponível em: [www.IBGE.com.Br](http://www.ibge.com.br). Acesso em 30/11/05.

BOTELHO, Joaquim Maria - **Os jovens e o mercado de trabalho. Uma análise entre o Brasil e o EUA. 2001**. Acesso em 08/11/05.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **A intervenção profissional do Serviço Social no contexto da Cidadania e dos Direitos: pensando as ações sócio-educativas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2004.

MACHADO, Paulo. **Mercado de Trabalho**. Disponível em: <http://www.mre.gov.br> Acesso em: 30/10/05.

MATOS, Mauricio Castro de. **O debate do Serviço Social na saúde nos anos 90**. In Serviço Social e Sociedade nº 74, São Paulo. Cortez editora. 2003.

MELO, Leonardo <http://www.solavanco.com/artigos/artigo14.html>. Artigo: **Um Breve Histórico do Desemprego Artigo**: Acessado no dia 30/03/2005

MENEGASSO, Éster. **Responsabilidade Social das Empresas: um desafio para o Serviço Social**. Revista Katalysis, Florianópolis, nº 5, editora da Ufsc, 2001.

NETTO, Jose Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 3. ed. São Paulo. Cortez, 1999.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. **Assistência social: do discurso do Estado à prática do serviço social**, 2ª edição. Florianópolis. Editora da UFSC. 1996.

PAOLI, Maria Célia. **Reinventar a emancipação social**. Para novos manifestos. IN Santos, Boaventura de Souza. *Democratizar a Democracia – As Caminhos da Democracia Participativa*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. 3ª ed. Rio de Janeiro: 1980.

REIS, Liliane G. da Costa. **Conceitos Básicos**. <http://www.rits.org.br> 25/11/05.

RICO, Elizabeth de Melo. RAICHELIS, Raquel (ORGS). **Gestão social: uma questão em debate**. Paul Siger, **Alternativas da gestão social diante da crise do trabalho**.

RUVIARO, Karen Lílian César. **Responsabilidade Social das Empresas: novas possibilidades de intervenção no Serviço Social**. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2005.

VALARELLI, Leandro. **Parcerias – Noções Gerais**. Disponível em http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_mat01_parce_parctxtpag0.cfm. Acesso em 02/11/05.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do serviço social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**, São Paulo. Editora Cortez, 2002.

Consultadas

GOLGHER, André Braz e JUNIOR, Ari Francisco de Araújo. **O Jovem no Mercado de Trabalho: Clientes em potencial dos programas de primeiro emprego**, (2003). Disponível em <http://www.ceae.ibmecmg.br/wp/wp1.pdf>. Acesso em 24/11/05

Jornal - "MISSÃO JOVEM" **O desafio do primeiro emprego**. Disponível em: <http://www.pime.org.br/pimenet/missaojovem/mjcidadaniadesafio.htm>. Acesso em 24/11/05.

Ministério do Trabalho e Emprego, consulta ao site. www.mte.gov.br

POCHMANN, Márcio. **O desafio de uma nova geração**. Disponível em http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/nov2000/cad156-2a.html. Acesso em 24/11/05.

SILVA, Nancy de Deus Vieira e KASSOUF, Ana Lúcia. **A Exclusão Social dos Jovens No Mercado de Trabalho Brasileiro**. Disponível em http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/nancy_exclusao%20dos%20jovens.pdf. Acesso em 24/11/05.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed. AGIR, 1989.

ANEXOS

ANEXO 01

ANEXO 02

Objetivos

capacitar indivíduos para o exercício da cidadania;
promover o intercâmbio com outras entidades;
defender os interesses dos cidadãos e da comunidade;
estabelecer parcerias privadas e públicas;
operacionalizar as ações de Transmissão da Cidadania e do Saber nos Estados de Santa Catarina, Paraná, Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Compromissos

promover a solidariedade e o exercício da cidadania e os colaboradores internos e externos da ELETROSUL;

promover as áreas e os empregados da Empresa em as comunidades onde a ELETROSUL está presente;

promover o bem-estar social;

operar com critério e transparente na aplicação dos recursos.

Nossos Recursos

Humanos

Intelectuais

Financeiros

Assistência dos associados e colaboradora (Eletrosul).



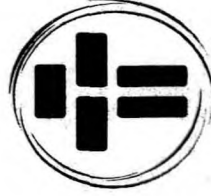
Transmissão da Cidadania e do Saber

Seja Voluntário. Engaje-se num dos nossos projetos.

Associe-se a nossa organização contribuindo com serviços voluntários, ajuda financeira ou material.

Fone: (48) 231-7884/231-7954

E-mail: cidadaniaesaber@cidadaniaesaber.tk



Transmissão da Cidadania e do Saber

Rua Dep. Antonio Edú Vieira, 999 - Térreo - Pantanal
CEP 88040-901 - Florianópolis / SC
www.cidadaniaesaber.tk.net

Histórico

Amélia e Saber é uma Organização Não-Governamental, fundada por empregados da ELETROSUL, em 31 de outubro de 2001. Nasceu a partir da preocupação dos projetos e ações que vinham sendo desenvolvidos pelo Subcomitê da Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria, pela Vida, em 1993, e pelo Projeto Transmissão da Informática, de 2001, ambos realizados por empregados-voluntários da Empresa.

Missão

Realizar ações voluntárias, contribuir para o desenvolvimento social e humano e minimizar os efeitos das desigualdades sociais.

Princípios

Respeito e respeito ao ser humano; inclusão de todos os excluídos socialmente; participação na comunicação e na aplicação dos recursos humanos e financeiros; promoção da participação e obrigações de forma igualitária, desprezando qualquer discriminação de gênero, raça, religião, posição política, condições sociais e físicas.

Projetos

Treinamentos para o Trabalho

Apóio a membros de famílias de baixa renda e acesso ao mercado de trabalho, através de oferecimento dos seguintes cursos gratuitos:

- Pintura em Tecido;
- Manicure;
- Cabeleireiro;
- Básico de Informática;
- Reciclagem do lixo.

Cultura

Dança e Música

Desenvolver o bem-estar físico e social, proporcionar melhor auto-estima e afastar as crianças e os adolescentes da marginalização, através da música e da dança.

Cantinho do Saber

Montagem de espaço cultural nas comunidades carentes, com livros e publicações diversificadas para quem não tem acesso a estas informações.

Ações de Cidadania

Regionalização

- Formação de Núcleos da Cidadania e Saber nos Estados do PR, RS, MS, SC, ampliando as ações de voluntariado entre as áreas de atuação da ELETROSUL.

Feira da Cidadania

- Valorização, divulgação e comercialização dos trabalhos elaborados pelas comunidades carentes organizadas e prestação de serviços gratuitos aos participantes da feira.

Reuniões

- Realização de encontros quinzenais com lideranças das comunidades assistidas, para troca de experiências e ajuda mútua.

Campanhas

Páscoa

Agasalho

Material Escolar

Natal Solidário

Dia da Criança



ANEXO 03

Caso você queira conversar com a coordenação do programa,
ligue ou compareça no endereço:

SANTA CATARINA – FLORIANÓPOLIS

Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 999 – Pantanal – Térreo
CEP: 88040-901 – Fone: (48) 231-7464

SANTA CATARINA – SÃO JOSÉ

Rodovia SC-407 – km 4 – Sertão do Marulim
CEP: 88106-000 – Fone: (48) 257-1777

SANTA CATARINA – XANXERÊ

Rua André Miranda – Esportes
CEP: 89820-000 – Fone: (49) 422-0660

MATO GROSSO DO SUL – CAMPO GRANDE

Rodovia BR-262 – km 7 – Saída Três Lagoas, 9277 – Jardim Panorama
CEP: 79041-060 – Fone: (67) 344-1122

PARANÁ – CURITIBA

Rodovia BR-116 – km 116, 27458 – Tatuquara
CEP: 81690-500 – Fone: (41) 6015-8122

RIO GRANDE DO SUL – GRAVATAÍ

Rodovia 118 – km 12 – Estrada Henrique Gless, 740 – Costa do Ipiranga
CEP: 94010-970 – Fone: (51) 389-1800

PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PROFISSIONAL

ONG
CIDADANIA
E SABER

ELETROSUL

PRIMEIRO EMPREGO



Eletrosul

ELETROSUL

S

SABER

Programa de Preparação Profissional para o Primeiro Emprego visa facilitar ingresso, no mercado de trabalho, de jovens com idade entre 18 e 24 anos, com experiência profissional formal.

oze meses a partir da assinatura do Termo de Compromisso, cuja vigência poderá ser prorrogada por igual período, a critério da Cidadania e Saber.

horas semanais, em quatro horas diárias, conciliando com o horário escolar.

Atividades relacionadas ao departamento de pessoal
Aprendizagem de técnicas de atendimento ao público
Noções básicas de secretariado

Noções sobre organização, armazenamento e recuperação de documentos
Aprendizagem de métodos de recepção, expedição e movimentação de materiais, controle e conferência de estoque
Aprendizagem de métodos de organização e arquivamento de acervo técnico/administrativo, catálogos, desenhos, projetos e documentação em geral
Aprendizagem de método de transferência de informações contidas em documentos, do meio analógico (papel) para o meio digital (magnético)
Conhecimento de eletricidade básica
Conhecimento de mecânica básica

Cursos de Informática (Internet, Word, Windows, Excel e PowerPoint)
Atendimento ao Cliente
Ética e Cidadania

- Direitos Trabalhistas
- Segurança no Trabalho
- Desenvolvimento de Equipe
- Português Básico
- Primeiros Socorros

- Pertencer à família com renda per capita de até meio salário mínimo em vigor
- Não possuir registro na Delegacia Regional do Trabalho
- Ter como escolaridade o ensino fundamental completo ou incompleto, ou o ensino médio incompleto
- Ter idade entre 18 e 24 anos
- Ter disponibilidade de horário para estudar

- Declaração de renda familiar
- Carteira de trabalho, cédula de identidade e CPF
- Comprovante de residência (conta de luz, água)
- Histórico escolar
- Atestado de frequência ou comprovante de matrícula escolar

- Completar 24 anos e 11 meses.
- Por inadequação e/ou inadequação à preparação profissional.
- Por ação indisciplinar.
- For reprovado(a) na instituição de ensino em que estiver matriculado(a), ou tiver sua matrícula encerrada por indisciplina, frequência ou aproveitamento insuficiente, entre outros.
- Não apresentar mensalmente comprovante de frequência da instituição de ensino na qual está matriculado(a).
- Por iniciativa de qualquer uma das partes, ou com a conclusão do ensino médio.

ANEXO 04

TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO que entre si fazem a **Transmissão da Cidadania e do Saber e Bolsista** com a anuência **ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.**, na forma abaixo:

Transmissão da Cidadania e do Saber, organização não governamental, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.812.503/0001-12, com sede na rua Dep. Antônio Edu Vieira nº 999, Pantanal, Florianópolis - SC, neste ato representada por sua Diretora Presidente e por seu Secretário Executivo, adiante assinados, doravante denominada simplesmente **PATROCINADA e bolsista**, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº **CPF**, denominado (a) **BOLSISTA**, com anuência da **ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.**, empresa concessionária de Serviços Públicos de Energia Elétrica, integrante do Sistema **ELETROBRÁS**, autorizada pelo Decreto nº 64.395, de 23 de abril de 1969, com sede na cidade de Florianópolis, Capital de Santa Catarina, na rua Dep. Antônio Edu Vieira, 999, Pantanal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.073.957/0001-68, neste ato representada por seu Gerente do Departamento de Gestão de Pessoas e sua Gerente da Divisão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Pessoas, adiante assinados, doravante denominada simplesmente **PATROCINADORA ANUENTE**, têm certo e ajustado o presente Termo de Compromisso, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso tem por objeto estabelecer as regras e condições aplicadas ao desenvolvimento do Programa de Preparação Profissional para o Primeiro Emprego, a fim de possibilitar a capacitação de jovens ao mercado de trabalho, mediante a concessão de auxílio financeiro, a título de Bolsa Educação Profissional.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DECLARAÇÃO DE RENDA FAMILIAR

O jovem, na condição de **BOLSISTA**, declara ao assinar este Termo de Compromisso para os fins de adequação neste programa, que a renda mensal “*per capita*” de sua família é de até 1/2 (meio) salário mínimo e que não possui experiência profissional. Declara, ainda, que esta cursando o ensino fundamental e/ou ensino médio em instituição oficial ou regular de ensino, ou que já se inscreveu em curso de formação pelo método modularizado, oferecido pela **PATROCINADA** em parceria com as Secretarias de Estado da Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DURAÇÃO DO PROGRAMA

A duração da preparação profissional do Bolsista será de até 12 (doze) meses a partir da data de assinatura deste Termo de Compromisso, sendo observado um total de 20 (vinte) horas semanais, que deverá ser conciliado com o horário escolar do mesmo.

Parágrafo único: Sem prejuízo do Caput desta Cláusula, dos 12 (doze) meses, três desse período, ou seja, noventa dias, serão destinados a sua preparação profissional nas empresas privadas parceiras da Patrocinadora **ELETROSUL**.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DA BOLSA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O **BOLSISTA** receberá mensalmente um auxílio financeiro, a título de Bolsa Educação Profissional, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), além de Vale Transporte, Uniforme, Seguro de Acidentes Pessoais e Exames Médicos ao início e ao término do programa, que serão de responsabilidade da **PATROCINADA**.

CLÁUSULA QUINTA – DOS LOCAIS DA PREPARAÇÃO PROFISSIONAL

Os locais da preparação profissional do jovem participante serão aqueles definidos pela **PATROCINADA**, observada a disponibilidade indicada pelas parcerias formadas para atender o objeto deste Programa.

Parágrafo único: Entende-se para os efeitos do Caput desta Cláusula, os locais decorrentes das parcerias celebradas entre a ONG e as empresas privadas parceiras da Patrocinadora **ELETROSUL**, especialmente para o período de 90 (noventa) dias mencionados no parágrafo único da Cláusula Terceira deste Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS

O **BOLSISTA** cumprirá as normas internas das instituições **PATROCINADA** e **PATROCINADORA ANUENTE** do Programa de Preparação Profissional para o Primeiro Emprego.

Parágrafo único: É de responsabilidade da **PATROCINADA** a aplicação de medidas disciplinares junto ao **BOLSISTA**, devendo para tal observar os motivos e a relevância das ocorrências.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOCUMENTAÇÃO DO BOLSISTA

É de responsabilidade do **BOLSISTA** a apresentação para a **PATROCINADA** da documentação a seguir relacionada, parte integrante deste Termo de Compromisso:

- a) Declaração de renda familiar;
- b) Cópia da Certidão de nascimento;
- c) Cópia da Cédula de identidade;
- d) Cópia do CIC;

- e) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- f) Comprovante de residência;
- g) Histórico escolar;
- h) Comprovante de matrícula escolar e/ou declaração que irá inscrever-se em curso de formação pelo método modularizado oferecido pelas **PATROCINADA** e **PATRICINADORA ANUENTE**.

CLÁUSULA OITAVA – DO DESLIGAMENTO DO BOLSISTA

O **BOLSISTA** declara estar ciente, por este instrumento, que no caso de incorrer em alguma das situações adiante relacionadas, este estará automaticamente desligado do Programa de Preparação Profissional – Primeiro Emprego, com a cessação de todos os benefícios concedidos:

Completar 24 anos e 11 meses, na vigência do presente Termo de Compromisso; Inadaptação e/ou inadequação à preparação profissional; Ação indisciplinar; Reprovação na instituição de ensino em que estiver matriculado, ou tiver sua matrícula encerrada por indisciplina, frequência insuficiente, aproveitamento insuficiente, entre outros aspectos similares; Não apresentação mensal do comprovante de frequência da instituição de ensino na qual está matriculado; Conclusão do ensino médio; Desligamento por iniciativa de quaisquer das partes, sem aviso prévio nem indenização de qualquer espécie, bastando tão somente um comunicado por escrito.

CLÁUSULA NONA – DA PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL

Excepcionalmente, a ONG poderá prorrogar a duração do Programa por um período máximo de 90 (noventa) dias, a fim de possibilitar a continuidade do Programa nas empresas privadas parceiras da Patrocinadora ELETROSUL.

Parágrafo: Ocorrendo a situação prevista no Caput desta Cláusula, permanecerão inalteradas as demais condições não conflitantes com a finalidade deste termo.

CLÁUSULA DECIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca da localidade onde o **BOLSISTA** está se preparando profissionalmente, para dirimir eventuais controvérsias oriundas do presente Termo de Compromisso, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem as partes justas e acordadas, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o assinam.

(Florianópolis, .

Pela PATROCINADA:

BOLSISTA:

BOLSISTA

Pela PATROCINADORA ANUENTE

Gerente do Departamento de Gestão de Pessoas

Gerente da Divisão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Pessoas

Testemunhas:

ANEXO 05



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

LEI Nº 10.748, DE 22 DE OUTUBRO DE 2003.

Lei o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE, acrescenta dispositivo à Lei nº 9.008, de 18 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE, vinculado a atividades dirigidas à promoção da inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização, ao fortalecimento da capacidade da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e renda, objetivando, principalmente, promover:

- a criação de postos de trabalho para jovens ou prepará-los para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, visando a geração de renda; e

- a qualificação do jovem para o mercado de trabalho e inclusão social.

Art. 2º O PNPE atenderá jovens com idade de dezesseis a vinte e quatro anos em situação de desemprego estrutural, que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

- não tenham tido vínculo empregatício anterior;

- sejam membros de famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo;

- estejam matriculados e freqüentando regularmente estabelecimento de ensino fundamental ou médio, ou cursos de qualificação de jovens e adultos, nos termos dos arts. 37 e 38 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

- estejam cadastrados nas unidades executoras do Programa, nos termos desta Lei; e

- não sejam beneficiados por subvenção econômica de programas congêneres e similares, nos termos do disposto no art. 1º da Lei nº 9.008, de 18 de fevereiro de 1998.

Art. 3º Serão atendidos, prioritariamente, pelo PNPE, os jovens cadastrados no Sistema Nacional de Emprego - Sine, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.008, de 18 de fevereiro de 2003.

Art. 4º O encaminhamento dos jovens cadastrados no PNPE às empresas contratantes, atendidas as habilidades exigidas por elas requisitadas e a prioridade de que trata o § 1º, observará a ordem cronológica das inscrições e o disposto no § 4º do art. 5º desta Lei.

Art. 5º O PNPE divulgará bimestralmente a relação dos jovens inscritos no Programa, bem como daqueles já contratados e colocados nas empresas, seja pela **internet**, seja colocando essas relações à disposição do público nos locais de inscrição.

Art. 6º Para efeitos desta Lei, considera-se família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos com ela possuírem laços de parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua subsistência pela contribuição de seus membros.

Art. 7º Para fins de cumprimento do disposto no inciso III do **caput**, a comprovação da matrícula em estabelecimento de ensino poderá ser feita até noventa dias após a data da contratação realizada nos termos desta Lei.

Art. 8º O PNPE não abrange o trabalho doméstico, nem o contrato de trabalho por prazo determinado, inclusive o contrato de experiência previsto na alínea c do § 2º do art. 443 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo

do texto integral

Art. 3º O PNPE será coordenado, executado e supervisionado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com o apoio das Secretarias Estaduais, Distritais e Municipais de Emprego, e contará com um Conselho Consultivo, ao qual caberá estabelecer e critérios para a sua implementação, bem como acompanhar sua execução.

1º As ações desenvolvidas no âmbito do PNPE com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, serão gerenciadas pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat.

2º Ato do Poder Executivo disporá sobre a vinculação, a composição e o funcionamento do Conselho Consultivo do PNPE.

Art. 4º A inscrição do empregador e o cadastramento do jovem no PNPE serão efetuados nas unidades de trabalho do Sine, ou em órgãos ou entidades conveniados.

Parágrafo único. Mediante termo de adesão ao PNPE, poderá inscrever-se como empregador qualquer pessoa física ou jurídica que comprometa-se a gerar novos empregos na forma dos arts. 5º ao 9º, e que se comprometa a regularidade do recolhimento de tributos e de contribuições devidas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e à Dívida Pública da União.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção econômica à geração de empregos destinados a atenderem aos requisitos fixados no art. 2º desta Lei.

1º Os empregadores que atenderem ao disposto no art. 4º terão acesso à subvenção econômica de que trata este artigo no valor de:

I - até seis parcelas de R\$ 200,00 (duzentos reais) por emprego gerado, para empregador com renda ou faturamento anual igual a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) no ano-calendário anterior;

II - até seis parcelas de R\$ 100,00 (cem reais), por emprego gerado, para o empregador com renda ou faturamento anual igual a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) no ano-calendário anterior.

§ 2º No caso de contratação de empregado sob o regime de tempo parcial, o valor das parcelas referidas no § 1º será proporcional à respectiva jornada.

§ 3º As parcelas da subvenção econômica serão repassadas bimestralmente aos empregadores a partir do segundo mês subsequente ao da contratação.

§ 4º A concessão da subvenção econômica prevista neste artigo fica condicionada à disponibilidade dos recursos financeiros, que serão distribuídos na forma definida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 6º Os empregadores inscritos no PNPE deverão manter, enquanto perdurar vínculo empregatício com jovens inscritos no PNPE, número médio de empregados igual ou superior ao estoque de empregos existentes no estabelecimento no momento anterior ao da assinatura do termo de adesão, excluídos desse cálculo os participantes do PNPE e de programas de qualificação profissional.

§ 1º Os empregadores participantes do PNPE poderão contratar, nos termos desta Lei:

I - um jovem, no caso de contarem com até quatro empregados em seu quadro de pessoal;

II - dois jovens, no caso de contarem com cinco a dez empregados em seu quadro de pessoal; e

III - até vinte por cento do respectivo quadro de pessoal, nos demais casos.

§ 2º No cálculo do número máximo de contratações de que trata o inciso III do § 1º, computar-se-á como unidade de medida o número de jovens inscritos no PNPE, arredondando-se para cima, quando o valor for igual ou superior a cinco décimos e desprezar-se-á a fração inferior a esse valor.

Art. 7º Se houver rescisão do contrato de trabalho de jovem inscrito no PNPE antes de um ano de sua vigência, o empregador poderá manter o posto criado, substituindo, em até trinta dias, o empregado dispensado por outro que preencha os requisitos do art. 2º, não fazendo jus a novo benefício para o mesmo posto, mas somente a eventuais parcelas da subvenção econômica.

do texto integral

pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, para títulos federais.

1º O empregador que descumprir as disposições desta Lei ficará impedido de participar do PNPE pelo prazo de quatro meses, a partir da data da comunicação da irregularidade, e deverá restituir à União os valores recebidos, na forma do **caput**.

2º Caso o jovem empregado no âmbito do PNPE venha a, no curso da vigência do contrato de trabalho, deixar de atender aos requisitos previstos no art. 2º, fica a empresa dispensada da restituição das parcelas de subvenção recebidas se mantiver o contrato de trabalho pelo prazo remanescente ou substituir o jovem por outro que atenda aos requisitos desta Lei.

Art. 8º O empregador deverá manter à disposição da fiscalização do trabalho o comprovante de matrícula e os registros de frequência mensais, emitidos pelo estabelecimento de ensino, relativamente a cada jovem contratado no âmbito do PNPE.

Art. 9º É vedada a contratação, no âmbito do PNPE, de jovens que sejam parentes, ainda que por afinidade, até o 3º grau, dos empregadores, sócios das empresas ou dirigentes da entidade contratante.

Art. 10. Para execução do PNPE, o Ministério do Trabalho e Emprego poderá firmar convênios ou outros instrumentos de cooperação técnica com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com organizações sem fins lucrativos e com organismos internacionais.

Art. 11. Nas unidades da Federação e nos Municípios onde existirem programas similares e congêneres ao previsto nesta Lei, o Ministério do Trabalho e Emprego buscará promover a articulação e a integração das ações dos respectivos programas.

Art. 12. As despesas com a subvenção econômica de que trata o art. 5º e com o auxílio financeiro de que trata o art. 11, da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, constante do art. 13 desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas anualmente ao Ministério do Trabalho e Emprego, observados os limites de movimentação e aplicação e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

§ 1º O Ministério do Trabalho e Emprego fornecerá os recursos humanos, materiais e técnicos necessários à execução do PNPE e do auxílio financeiro aos jovens prestadores de serviços voluntários.

§ 2º O Poder Executivo deverá compatibilizar o montante de subvenções econômicas concedidas com base no art. 11, da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, constante do art. 13 desta Lei, às dotações orçamentárias referidas no **caput**.

Art. 13. A Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-A:

3º-A. Fica a União autorizada a conceder auxílio financeiro ao prestador de serviço voluntário com idade de dezesseis a vinte e quatro anos integrante de família com renda mensal **per capita** de até meio salário mínimo.

O auxílio financeiro a que se refere o **caput** terá valor de até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e será custeado com recursos da União por um período máximo de seis meses, sendo destinado preferencialmente:

a) jovens egressos de unidades prisionais ou que estejam cumprindo medidas sócio-educativas; e

b) grupos específicos de jovens trabalhadores submetidos a maiores taxas de desemprego.

O auxílio financeiro será pago pelo órgão ou entidade pública ou instituição privada sem fins lucrativos previamente autorizados no Ministério do Trabalho e Emprego, utilizando recursos da União, mediante convênio, ou com recursos próprios.

É vedada a concessão do auxílio financeiro a que se refere este artigo ao voluntário que preste serviço a entidade pública ou instituição privada sem fins lucrativos, na qual trabalhe qualquer parente, ainda que por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, bem como ao beneficiado pelo Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE.

Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros parentes que com ela possuam laços de parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e sob a mesma administração.

Art. 14. Observado o disposto no art. 12, fica o Poder Executivo autorizado a reajustar, a partir de 1º de janeiro de 2003, os valores da subvenção econômica e do auxílio financeiro mencionados nesta Lei, de forma a preservar seu valor.

Art. 15. O Ministério do Trabalho e Emprego enviará às respectivas Comissões do Congresso Nacional relatório nos meses de maio e novembro de cada ano, detalhando o conjunto de empregos criados no âmbito do PNPE e o total de empregos econômicos, por unidade da Federação, por ramo de atividade, por tipo de empresa, discriminará ainda os jovens empregados por sexo, idade, e outros dados considerados relevantes, bem como as expectativas para os próximos seis meses.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de outubro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Antonio Palocci Filho

Anderson Adauto Pereira

Guido Mantega

retificação

LEI Nº 10.748, DE 22 DE OUTUBRO DE 2003.

Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE, acrescenta dispositivo à Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.

Página 2, 3º coluna, nas assinaturas, leia-se: Luiz Inácio Lula da Silva, Antonio Palocci Filho, Jaques Wagner e Guido Mantega.